



Índice

- 01** Indígenas denunciam agressões no canteiro de Belo Monte
- 02** MPF processa União e Funai por demora na demarcação da terra Munduruku Sawré Muybu
- 03** Mobilização Nacional Indígena começa em Luziânia (GO) denunciando governo federal e bancada ruralista
- 04** Seminário sobre Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas - Declaração da Tabalascada
- 05** Dia Nacional em Defesa do rio São Francisco será comemorado em Pão de Açúcar no dia 3 de junho
- 06** Livro sobre o Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil será lançado amanhã em Salvador – BA
- 07** Mercado verde, madeiras de sangue, por Felipe Milanez
- 08** MPF em Juína questiona Ibama, Sema e Dnit sobre impactos da BR-174 sobre terras indígenas
- 09** RR – Lideranças indígenas prestam solidariedade à comunidade Anzol ameaçada de remoção
- 10** Seminário sobre Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas: Declaração da



Tabalascada

- 11** MA – O povoado Centro Seco pede socorro!
- 12** Ópera 'indígena' estreia em festival, no Teatro Amazonas
- 13** Em protesto, indígenas acampam em sede de Unidade de Educação no PA
- 14** Desocupação de reserva Yanomami em Caracaraí, Sul de RR, é finalizada
- 15** MPF faz levantamento das comunidades tradicionais atingidas pela transposição
- 16** Conselheiros da Igualdade Racial analisam candidaturas de negros e mulheres
- 17** Cadastro Ambiental Rural: "Falta prioridade política para a gestão ambiental no campo". Entrevista especial com Flávia Camargo de Araújo
- 18** Cartas e declarações, mobilização Brasília
- 19** Petição exige que a empresa PepsiCo não use mais óleo de palma em sua produção
- 20** Exposição afro-indígena pode ser vista até sexta-feira
- 21** Por falta de gestão ambiental, duplicação da 386 deve parar
- 22** MPF pede alteração do traçado da BR 158 no trecho que corta a área indígena Marãiwatsédé
- 23** Ampliação da área indígena entre Oeste e Vale do Arinos está suspensa
- 24** Demarcação de terras opõe indígenas a produtores rurais
- 25** Manifestantes bloqueiam acesso a Belo Monte há cinco dias no Pará
- 26** Indígena defende na UnB dissertação de mestrado
- 27** Indígenas são diplomados em Ji-Paraná



Boletim de Notícias - Edição nº 92 / 2013

Brasília, 27 de maio de 2014.

-
- 28** “Não vamos mais sair só na promessa e no papel”, dizem índios
 - 29** MPF processa União e Funai por demora na demarcação de terra indígena no PA
 - 30** Em protesto, indígenas protocolam queixas contra deputados no STF



Indígenas denunciam agressões no canteiro de Belo Monte

SÍTIO PR/PA, 26.05.2014

Ao tentarem entrar em um dos canteiros, índios Xikrin totalmente desarmados foram recebidos com bombas e tiros de bala de borracha

O Ministério Público Federal recebeu denúncias de índios Xikrin que ontem (25 de maio) foram recebidos com bombas e balas de borracha ao tentarem entrar no canteiro de Belo Monte para conversar com representantes da Norte Energia S.A, responsável pelas obras. De acordo com os relatos, cerca de 20 indígenas se dirigiram ao local pacificamente e desarmados, para cobrar o cumprimento das condicionantes indígenas.

Ao chegarem no local, segundo narram, foram recebidos com bombas por homens da Força Nacional de Segurança, que desferiram vários tiros de bala de borracha contra os índios. 4 pessoas ficaram feridas. "Avisamos que estávamos lá para conversar, tentamos conversar. Os policiais não perguntaram nada, disseram que não queria conversar e continuaram atirando", relataram os indígenas. Diante disso, os indígenas voltaram para Altamira, onde denunciaram o ocorrido ao MPF.

O comandante da Força Nacional em Altamiras será ouvido pelo MPF. A Procuradoria Geral da República vai receber uma solicitação para que requirite, do Ministério da Justiça, informações sobre os limites, objetivos e justificativas para a presença da Força Nacional nos canteiros de obra da usina de Belo Monte. O MPF solicitou que Fundação Nacional do Índio (Funai) encaminhe as vítimas para exame de corpo de delito ainda hoje.

Esta não é a primeira denúncia de supostos abusos de homens da Força Nacional dentro dos canteiros de Belo Monte. O MPF já havia recebido relatos de trabalhadores e tinha um procedimento para investigar "a legitimidade da ação da Força Nacional em defesa do patrimônio da Norte Energia. S.A e do Consórcio Construtor de Belo Monte". Com as agressões de hoje contra os índios, a investigação do MPF passou a ser criminal.

Há cinco dias, indígenas de várias etnias atingidos por Belo Monte estão fazendo um bloqueio na Rodovia Transamazônica para impedir a entrada de operários no canteiro da usina. Eles cobram o cumprimento das condicionantes indígenas do empreendimento que, três anos depois do início das obras, sequer começaram. Os Xikrin disseram ao MPF que foram na usina para discutir uma pauta de negociações. Segundo eles, até agora nenhum projeto de compensação ou mitigação pelos impactos de Belo Monte foi realizado e a Funai e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) nunca visitaram a aldeia para avaliar o cumprimento das condicionantes.

Ministério Público Federal no Pará
Assessoria de Comunicação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 92 / 2013

Brasília, 27 de maio de 2014.

Fones: (91) 3299-0148 / 8403-9943 / 8402-2708

ascom@prpa.mpf.gov.br

<http://www.prpa.mpf.mp.br>

http://twitter.com/MPF_PA



MPF processa União e Funai por demora na demarcação da terra Munduruku Sawré Muybu

SÍTIO PR/PA, 26.05.2014

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal de Itaituba contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a União Federal pela demora na demarcação da terra indígena Sawré Muybu, de ocupação tradicional do povo indígena Munduruku, localizada nos municípios de Trairão e Itaituba/PA, no médio curso do rio Tapajós. O procedimento de demarcação se arrasta há 13 anos e foi paralisado inexplicavelmente ano passado quando quase todos os trâmites administrativos já estavam concluídos.

De acordo com o procurador da República Camões Boaventura, que entrou com a ação na Justiça, "o objetivo é a efetiva e adequada tutela dos direitos indígenas, especialmente a garantia da posse exclusiva das terras indígenas, de modo que seja concretizado o dever constitucional de demarcar as terras por eles tradicionalmente ocupadas." Além disso, a ação requer a condenação das requeridas em danos morais coletivos perpetrados contra os grupos indígenas, em virtude da abusiva demora na conclusão do procedimento demarcatório.

O processo de demarcação da área citada, com pouco mais de 178 mil hectares, teve início formal em 31 de janeiro de 2001. Na ocasião, a presidência da Funai constituiu o primeiro grupo técnico para realizar estudos e levantamentos preliminares para identificação das aldeias Munduruku situadas ao longo da calha do Tapajós. Já em 2007, a presidência da Funai reinstituiu o Grupo Técnico para realizar os estudos de identificação e delimitação. O Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) está pronto desde 13 de setembro de 2013.

Mas a Funai descumpriu o rito legal previsto para o procedimento de demarcação e deixou de publicar o resumo do relatório no Diário Oficial da União e paralisou a demarcação quando a Terra Indígena Sawré Muybu já estava com toda a documentação pronta para homologação e registro. Questionada pelos Munduruku e pelo MPF, a Funai não respondeu. Os ofícios enviados pelos procuradores da República que acompanham o caso não tiveram nenhuma resposta da Funai, o que, para o MPF "demonstra o total descaso da presidência da Funai com as requisições do MPF e com os reclames do grupo indígena".

A demora na demarcação provoca inúmeros danos aos Munduruku do médio Tapajós, ameaçados constantemente por invasões de madeireiros e garimpeiros. Estudos feitos pela própria Funai (na Coordenação Regional do Tapajós) demonstram, através de imagens de satélite, a existência de vários ramais clandestinos abertos por madeireiros para desmatamento ilegal no interior da terra indígena. Outro grave prejuízo é que a área Sawré Muybu deve ser alagada pelas usinas hidrelétricas de São Luiz do Tapajós e Jatobá, que o governo quer construir no rio.

O povo indígena deve perder, com o alagamento, uma de suas aldeias, roças, locais de coleta e caça, zonas de pesca e um cemitério ancestral, se as projeções estiverem corretas."Em

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 92 / 2013

Brasília, 27 de maio de 2014.

empreendimentos desse porte, são esperadas mudanças limnológicas e paisagísticas drásticas, no comportamento dos rios (Tapajós e Jamanxim) e de seus afluentes, na ictiofauna, na entomofauna e na vegetação, além dos problemas sociais, econômicos e de infraestrutura gerados em função da implantação do canteiro de obras”, já atestam os primeiros estudos de viabilidade das usinas. Com a demora no reconhecimento no território que ocupam secularmente, os moradores da Sawré Muybu, maiores prejudicados pelos projetos governamentais, não terão reconhecido seu direito à consulta e compensação.

O processo tramita na Vara Federal de Itaituba com o número 1258-05.2014.4.01.3908

Ministério Público Federal no Pará
Assessoria de Comunicação
Fones: (91) 3299-0148 / 8403-9943 / 8402-2708
ascom@prpa.mpf.gov.br
<http://www.prpa.mpf.mp.br>
http://twitter.com/MPF_PA



Mobilização Nacional Indígena começa em Luziânia (GO) denunciando governo federal e bancada ruralista

SÍTIO CIMI, 26.05.2014

Em Defesa dos Direitos Territoriais dos Povos Indígenas, cerca de 500 indígenas estão reunidos no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO), para a Mobilização Nacional Indígena, que teve início nesta segunda-feira, 26, e segue até quinta-feira, 29. Propostas e projetos do Executivo (Portaria 303 e mesas de diálogo) e do Legislativo (como a PEC 215 e o PLP 227) serão alvo de protestos do movimento, que representa mais de 100 povos que vivem no país.

A Mobilização Nacional Indígena retoma seus debates em um contexto em que o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo usa mesas de diálogos para “ajustar direitos” constitucionais com os interesses do agronegócio e em que a presidente Dilma Rousseff e ministros da República participam de jantares com o latifúndio brasileiro, enquanto no campo populações indígenas, quilombolas, extrativistas e camponesas são assassinadas. Na opinião das lideranças indígenas, é preciso fazer contraponto ao que o Governo Federal anuncia ser “consenso e boas relações com os povos indígenas”.

Com agendas em Brasília (DF) junto aos poderes da República, a Mobilização Nacional é um movimento que começou no primeiro semestre do ano passado, com a coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), e não parou mais. Ao contrário, os seguidos ataques aos direitos indígenas e a paralisação da demarcação de terras fortaleceram a mobilização. Hoje, dez lideranças indígenas estão presas (cinco do povo Kaingang e outras cinco do povo Tenharim), em contexto de criminalização da luta e proteção do território tradicional.

Durante esta segunda-feira, as delegações vindas de todo o Brasil se reuniram em assembleia para denunciar as violências e violações de direitos permanentes sofridas em cada uma das regiões. “Dizem que os povos indígenas são um empecilho e passam como um trator sobre nossos direitos e terras. Por isso que a Mobilização Nacional Indígena começou e nunca parou. Essa é a oportunidade para quem está na aldeia sofrendo venha expor o que está passando”, diz Márcio Kokoj, dirigente da Apib.

Para esta terça, 27, a Mobilização Nacional irá protocolar no Supremo Tribunal Federal (STF) uma queixa crime contra os deputados federais Luiz Carlos Heinze (PP/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS). Em novembro do ano passado, durante Audiência Pública da Comissão de Agricultura da Câmara no município de Vicente Dutra (RS), os parlamentares fizeram declarações racistas, homofóbicas e de incitação ao ódio contra os povos indígenas. Assista aqui.

Mais do que um ataque aos direitos indígena, os povos indígenas apresentam o entendimento de que está em curso no Brasil um amplo atentado contra a própria democracia. “Hoje tentam

CONT.



usurpar o direito dos povos indígenas e da natureza. Isso vai repercutir para todo mundo. Depois começam a retirar os direitos de outros grupos e a sociedade não discute nada, não sabe de nada”, destacou Lindomar Terena logo após ler uma carta-denúncia (leia aqui) da Apib no Fórum Internacional dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU).

“A terra indígena é um direito originário e então o governo precisa demarcar nossos territórios. No processo histórico está claro que nós não provocamos o conflito que hoje aí está. O Estado e seus governantes tiraram a gente das terras, sobretudo no século passado, e deram títulos para quem foi colocado nelas. Para os indígenas terra é mãe, é sagrada. Nunca vamos desistir delas”.

A liderança lembra que a Mobilização é tecida pela permanente luta pela demarcação das terras indígenas, que além de ter sido paralisada pelo governo federal sofre também um ataque no Congresso Nacional com as sucessivas tentativas de flexibilização ou supressão deste direito da Constituição Federal. Nas últimas semanas, diz Sônia, “até quanto ao país seguir como signatário da Convenção 169 foi uma questão questionada pelos ruralistas”.

Em abril do ano passado, os povos indígenas ocuparam o Plenário Ulysses Guimarães, da Câmara Federal, em protesto contra a PEC 215 e outras medidas legislativas anti-indígenas. A Mobilização Nacional Indígena continua, assim, a luta secular dos povos que teve nesta ocupação um de seus principais capítulos. “Estamos aqui com um objetivo só: demarcação de terras já! Muitos parentes, guerreiros, estão sendo presos e criminalizados porque estão reivindicando um direito que para nós é sagrado: o território tradicional”, declara o dirigente da Apib, cacique Darã Guarani.



Seminário sobre Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas - Declaração da Tabalascada

SÍTIO CIMI, 26.05.2014

Nós, lideranças indígenas Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Ye'kuana, Yanomami do Brasil, lideranças indígenas Arauak, Wapichana, Akawaio da Guiana Inglesa, e lideranças indígenas Ye'kuana, Uwottuja, Yanomami, Yabarana e Baré da Venezuela, juntamente com nossas organizações indígenas Conselho Indígena de Roraima – CIR, Hutukara Associação Yanomami – HAY, Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos – APITSM, Conselho do Povo Ingarikó – COPING, Organização Regional dos Povos Indígenas do Amazonas – ORPIA, Horonami – Associação Yanomami da Venezuela, Organização de Mulheres de Aisharatoon, organizações aliadas como o Instituto Socioambiental – ISA e Conselho Indigenista Missionário – CIMI, e demais convidados, reunidos no Seminário sobre Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas realizado nos dias 20 a 22 de maio de 2014 na Comunidade Indígena Tabalascada, região Serra da Lua, Roraima – Brasil, afirmamos que a Mineração e Hidrelétricas atingem a vida dos povos indígenas e que Mineração e Hidrelétricas andam juntas! Sem Hidrelétricas não tem Mineração.

Os benefícios alegados por quem defende a mineração e as hidrelétricas não são os benefícios que queremos ter. Para nós o que tem importância é a terra, a vida, as florestas, os animais, a cultura, a tranquilidade e nossa forma de vida garantida para nossas futuras gerações.

Considerando o significativo número de pedidos de pesquisa e lavra que incidem nas terras indígenas no Brasil;

Considerando que 68% do território da Guiana pode ser afetado por projetos de mineração e hidrelétricas, e na Venezuela se avançam as concessões para exploração mineral de vastas áreas no Estado Bolívar e Amazonas por empresas chinesas, sendo que 90% das terras indígenas sequer foram demarcadas como estabelece a Constituição Venezuelana;

Considerando que as regiões fronteiriças na Amazônia estão fortemente afetadas por garimpeiros e empresários de garimpo brasileiros que, muitas vezes operam ilegalmente, principalmente nas Regiões 7 e 9 na Guiana Inglesa;

Considerando que o Governo Brasileiro tem acordos com o Governo Guianense para construção de hidrelétricas, estradas e outras grandes obras, e que estes acordos precisam incluir a necessidade de ter os direitos dos povos indígenas daquele país assegurados;

Considerando que os grandes projetos visam beneficiar as empresas que os constroem e as que vão consumir a energia gerada, causando maior concentração de riqueza, e que desconsideram a participação e os planos de desenvolvimento dos povos indígenas que afetam;

Considerando os grandes impactos no meio ambiente e na sobrevivência física e cultural dos

CONT.



povos indígenas causados pela mineração e pelas hidrelétricas;

Considerando a degradação da qualidade de vida e os danos reais e potenciais existentes na região da tríplice fronteira Brasil-Guiana-Venezuela, divisor de águas no Escudo das Guianas, conhecida como Circum Roraima, um dos lugares mais antigos, ricos em sociobiodiversidade e conservados do planeta, por ser território habitado e considerado sagrado pelos povos indígenas dos três países, cujo marco comum é o Tepui Roraima, a "Mãe das Águas" ou Wazaká, lugar mitológico de origem de todas as frutas, sementes e plantas, e casa de Macunaima;

Considerando a existência de propostas no Congresso Nacional Brasileiro que visam restringir os direitos indígenas à terra e ao uso dos recursos naturais, comprometendo desde a autonomia até a sobrevivência física e cultural;

Considerando que os Estados Brasileiro, Venezuelano e Guianense não estão cumprindo com a obrigação de consultar os povos indígenas sobre os projetos e programas de desenvolvimento nacionais;

Convocamos as organizações indígenas e de apoio a se mobilizarem contra a Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas na Amazônia:

Que o Estado Brasileiro adote medidas para a rejeição do PL 1610/96 de autoria do Senador Romero Jucá que regulamenta a mineração em terras indígenas, e medidas para proteger o direito fundamental dos povos indígenas, ou seja, a vida, a cultura, a justiça, e não permita a mineração e hidrelétricas em Terras Indígenas na Amazônia;

Que o Estado Venezuelano proceda à demarcação das terras indígenas e respeite as deliberações e propostas das organizações indígenas que são apresentadas nas Mesas de Diálogos;

Que o Estado da Guiana assine a Convenção 169 da OIT, somando-se ao conjunto de países e da comunidade internacional no respeito e garantia dos direitos dos povos indígenas;

Que os Estados do Brasil, Guiana e Venezuela respeitem e cumpram as obrigações adquiridas com a Convenção 169 da OIT, garantindo o direito de livre determinação dos povos indígenas e o direito de consulta livre, prévia e informada diante de quaisquer projetos de mineração e hidrelétricas que se projetem sobre nossos territórios.

Por fim, declaramos que somos contra a Mineração e Hidrelétricas nas terras indígenas da Amazônia.

Comunidade Indígena Tabalascada - Roraima, 22 de Maio de 2014



Dia Nacional em Defesa do rio São Francisco será comemorado em Pão de Açúcar no dia 3 de junho

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.05.2014

Museu Ambiental Casa do Velho Chico realizará atividades para conscientizar a população sobre a real situação do rio São Francisco

Por Helio Fialho – MTE/AL 1644

O Dia Nacional em Defesa do Rio São Francisco vai ser comemorado em Pão de Açúcar, no próximo dia 3 de junho. O tema da comemoração este ano é “Eu viro carranca pra defender o Velho Chico”.

O CBSF através de suas Câmaras Consultivas Regionais (CCR) programou algumas ações e atividades para serem realizadas nos municípios ribeirinhos, objetivando simbolizar a vida no rio São Francisco, apelidado carinhosamente de “Velho Chico”.

Órgãos e entidades ambientais também estão se preparando para desenvolver algumas atividades voltadas para a preservação do rio São Francisco, que serpenteando banha cinco estados e 160 cidades, isto é, Minas Gerais (73), Bahia (34), Pernambuco (26), Alagoas (16) e Sergipe (11).

Genuinamente brasileiro, o São Francisco é considerado um dos mais importantes rios do País, embora ao longo de sua existência vem sendo barbaramente agredido e desrespeitado pelo homem civilizado que, impulsionado pela insana ambição camuflada de progresso, promoveu o desmatamento de suas matas ciliares e a catastrófica construção de barragens, a exemplo de Três Marias (MG), Sobradinho (BA), Itaparica (BA), Apolônio Sales (BA) e Xingó (entre Sergipe e Alagoas).

Ao longo de seus 2.700 quilômetros, o Velho Chico é bombardeado por milhares de esgotos e de toneladas de lixo que são jogados diretamente nas suas águas, prejudicando, assim, este grande manancial que nos primórdios foi chamado pelos índios de “Opara” e durante a passagem de Américo Vespúcio, em 1.501, foi batizado de rio São Francisco, para homenagear “o santo dos pobres”, isto é, São Francisco de Assis.

Outro problema que está causando insônia nos ambientalistas ribeirinhos é o famigerado Projeto de Transposição de suas águas, cujas obras estão sendo executadas pelo Governo Federal. “Este projeto significa o tiro de misericórdia para o nosso Velho Chico, pois um paciente que se encontra morrendo numa UTI não tem a mínima condição para doar sangue”, disse o historiador e deputado alagoano Inácio Loiola.

Em Pão de Açúcar, cidade alagoana banhada pelo rio São Francisco, é possível ver de perto a morte iminente do Velho Chico, pois cada dia que passa o assoreamento aumenta e a área tomada pela areia (praia) fica mais larga.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 92 / 2013

Brasília, 27 de maio de 2014.

Em alguns trechos antes navegáveis, em Pão de Açúcar, estão surgindo gigantescos bancos de areia, tornado essas áreas inavegáveis.

Preocupado com esta situação, o fundador e presidente do Museu Ambiental Itinerante Casa do Velho Chico, ambientalista e membro do CBSF Jackson Borges de Lima, está programando uma série de atividades na cidade de Pão de Açúcar, onde o Museu Casa do Velho Chico está instalado há quase quatro anos.

Segundo Jackson, entre as atividades que serão realizadas em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente estão: palestras nas escolas, abertura do museu para a visitação estudantil e entrevistas em emissoras de rádio para falar sobre a real situação em que se encontra o rio São Francisco. "É preciso conscientizar e mobilizar a população ribeirinha para defender o nosso Velho Chico", finalizou Jackson de Lima.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Livro sobre o Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil será lançado amanhã em Salvador – BA

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.05.2014

Um inventário dos conflitos envolvendo injustiça ambiental no Brasil, que mostra como estes estão aumentando em número e gravidade, como resultado de um projeto hegemônico de desenvolvimento injusto e insustentável. É o que nos revela o livro *Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos* (Editora Fiocruz), que será lançado amanhã, dia 27 de maio, às 15h, no auditório do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN), Rua Ribeiro Santos, 42, Pelourinho, Salvador -BA), com a presença de uma de suas organizadoras, Tania Pacheco – que o coordenou ao lado de Marcelo Firpo Porto (Fiocruz) e Jean Pierre Leroy (Fase) – e Diogo Rocha, um dos autores. A apresentação do livro é de Joan Martinez Alier (Universidade Autônoma de Barcelona).

O livro é resultado do trabalho meticuloso e mundialmente pioneiro vinculado ao Projeto 'Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil', iniciado em 2008, sob a responsabilidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), com apoio do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, do Ministério da Saúde.

O Mapa visa dar visibilidade aos conflitos socioambientais provenientes das lutas contra as injustiças e o racismo ambiental nos territórios, contrapondo-se à lógica antidemocrática, que restringe o exercício da cidadania dos povos e comunidades atingidos por projetos de desenvolvimento, os quais são considerados pelas forças hegemônicas como entraves ao desenvolvimento e não sujeitos de direitos. O livro, por sua vez, apresenta em oito artigos o Mapa de Conflitos, sua concepção e metodologia, e traz análises e conclusões sobre os diferentes embates nele mapeados, bem como sobre alternativas para o futuro.

O lançamento é uma promoção das seguintes entidades baianas, que se unem à Editora Fiocruz: Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN), Comissão Pastoral da Terra (CPT/BA), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE/BA), Movimento Paulo Jackson, Geografia dos Assentamentos na Área Rural (GEOGRAFAR / UFBA), Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBÁ), Caritas Regional NE III, Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), Coordenadoria Ecumênica de Serviços.

O lançamento contará com uma apresentação do Mapa de Conflitos e da publicação por Tania Pacheco. Ela mostrará como o mapa funciona, como pode e deve ser usado nas lutas dos setores populares; e fará uma síntese crítica e política do que ele nos mostra, denunciando a realidade do País, a partir das forças em conflito, suas causas e consequências.

Estarão presentes e darão depoimentos representantes de comunidades baianas em conflitos descritos no livro: Povo Tupinambá (Olivença), Quilombolas de Rio dos Macacos (Simões Filho)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 92 / 2013

Brasília, 27 de maio de 2014.

e Mulungu (Boninal), Fundos de Pasto (Monte Santo), Atingidos pelo Polo Naval na BTS (Ilha de Maré), Atingidos pela mineração de chumbo (Santo Amaro da Purificação), Atingidos pela mineração de urânio e por parques eólicos (Caetité).

Serviço

O que? Lançamento do livro *Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos* (Editora Fiocruz), organizado por Marcelo Firpo Porto, Tania Pacheco e Jean Pierre Leroy.

Quando? 27 de maio de 2014, terça-feira, às 15h.

Onde? Auditório do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN), Rua, Ribeiro Santos, 42, Pelourinho, Salvador.

Quem? Com a presença de Tania Pacheco, uma das organizadoras, Diogo Rocha, um dos autores, e comunidades em conflito.

Como? Apresentação do Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, seguida de lançamento da publicação, depoimentos de atingidos.



Mercado verde, madeiras de sangue, por Felipe Milanez

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.05.2014

Denúncia do Greenpeace liga corrupção do sistema de comércio de produtos florestais à violência na Amazônia.

Blog do Milanez

O Greenpeace lançou, há alguns dias, uma nova campanha contra a extração predatória de madeira na Amazônia. Dessa vez, a investigação foi bem além do impacto ambiental evidente que cortar árvores produz na mata. Mostrou como essa economia extrativa não apenas saqueia matéria prima da Amazônia como também alimenta um dos principais mecanismos de corrupção e violência no Brasil. A campanha pode – e deve – ser acessada nesse link. “Chega de Madeira Ilegal” mostra como a corrupção e a violência são utilizadas para lavar madeira extraída ilegalmente para ser comercializada no mercado nacional e internacional. Chega.

Não se trata de uma novidade, mas sim do esgotamento de um sistema que foi totalmente corrompido ao longo dos últimos anos. Sejam os sistemas estaduais de controle, como o Sisflora, ou o federal, como o DOF, a credibilidade de qualquer um para determinar onde a madeira foi extraída é nula. A realidade é que qualquer madeira de qualquer lugar da Amazônia pode hoje receber um selo de legalidade. Não importa a rede de ilegalidades. Nem a série de assassinatos contida. O atual selo de credibilidade seria a orelha de um assentado – pois é a parte do corpo que os pistoleiros cortam para comprovar o serviço. É mais fácil descobrir quem morreu para a madeira chegar até uma mesa de jantar em São Paulo ou Nova York do que comprovar que sua extração foi feita de forma “sustentável”.

Alguns anos atrás, em 2008, quando o sistema de comércio de madeiras começava a ser digitalizado para o “DOF”, criado em 2006, eu publiquei, na revista RollingStone, uma reportagem na qual chamei de “Madeiras de Sangue” esse mercado que, movido a ganância, tem como principal característica a violência. Violência que opera tanto contra os humanos como contra o ambiente. O início do texto pode ser lido nesse link. Pouco antes, também na RollingStone, publiquei uma reportagem sobre Colniza, violento município no norte do Mato Grosso, na qual entrevistei um madeireiro que assim justificou sua atividade: “Quero preservar a floresta, e o único meio de trazer progresso para cá é vendendo madeira”. Mas e quando ela acabar? “Daí a gente vai embora, porque não vai ter mais nada para fazer aqui.”

É transtornante constatar, como mostra o Greenpeace, que depois de quase uma década e tantas promessas de “sustentabilidade”, de “modernização”, de “progresso”, de “aceleração do crescimento”, o comércio de madeira continua produzindo uma imensa mancha de sangue na Amazônia.

CONT.



E é pouco provável que as coisas mudem nesse ano eleitoral. Ao contrário. São raros os políticos e políticas na Amazônia, não importa qual partido, que não beijam a mão de madeireiros ou ruralistas. Essa estreita relação entre poder político e ganância econômica é um desastre que se reconfigura, se ressignifica, e que sempre muda para permanecer igual.

O Greenpeace explica, tim tim por tim tim, como é feita a "lavagem" da madeira. Foram escolhidos alguns casos de estudo no Pará, e que bastam para demonstrar como todo o sistema de comércio de madeira no Brasil está corrompido. A situação não seria melhor se os estudos de caso fossem realizados no Maranhão, no Mato Grosso ou em Rondônia, nem no Sul do Amazonas, nem em Roraima. Infelizmente, até no Acre, que alguns anos atrás de gabava de ter controlado o mercado, a situação degradingolou, como já mostrou o blogueiro Altino Machado, sobre crimes ambientais e como a extração de madeira triplicou na última década no estado da "florestania" ou ainda como denuncia o líder seringueiro Osmarino Amâncio Rodrigues, antigo companheiro de luta de Chico Mendes: "No Acre, extração de madeira é desordenada e o seringueiro não pode tirar madeira para a sua casa".

Diante da anuência dos governos, nesses últimos anos, dezenas foram mortos, como Adelino Ramos, Zé Cláudio e Maria, João Chupel Primo, Diana Nink, 13 mortos em 2010 no assentamento Cururuí, em Pacajá. Detalhes podem ser encontrados nos relatórios de violência no campo da Comissão Pastoral da Terra, onde transparece que o Brasil é o país mais violento do mundo nesse quesito – como mostrou a ONG inglesa Global Witness.

Em outubro de 2010, quando estive com o castanheiro José Cláudio Ribeiro da Silva caminhando na floresta, dentro do seu lote, no interior do Pará, ele me contou que tinha uma coisa que ele, "um caboclo aqui da mata", não entendia: "como é que esse pessoal compra madeira sem ver a origem?" Neste sábado completaram-se três anos do assassinato de Zé Cláudio e sua esposa, Maria.

O corte da motosserra produzia, segundo ele, um "gemido", as folhas tremiam "como quem vão dando adeus". Zé Cláudio sentia como "se o cara matou alguém, porque é um ser vivo". Enquanto ligavam a motosserra, a árvore ficava "quietinha, no lugar dela". E, para ele, "o que a natureza levava para fazer, acaba em menos de uma hora. Põe fim naquilo tudo". Tudo isso, disse ele, "em nome do capital". Fácil ganhar dinheiro assim, ainda por cima driblando a fiscalização e trabalhando ilegalmente "só a ponto de enriquecer".

E seguiu Zé Cláudio:

"E por que compram? Por que não procuram a origem? São coisas que eu procuro entender, como caboclo aqui do mato, e não consigo. Não consigo mesmo. Como é que sai daqui de Nova Ipixuna, daqui do sudeste do Pará, e vai parar nos portos do Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, uma madeira proibida. E daí embarca e vai para a Europa, vai para fora. Como pode? Ninguém entende. Isso é de doer. Aqui fica o estrago, fica o buraco. E lá fora, a burguesia, os caras que tem poder aquisitivo, ficam morando no seu chalé, a custa de madeira ilegal que sai da Amazônia. E ainda ficam fazendo comercial dizendo que são protetores da natureza. O protetor da natureza sou eu, que vivo aqui no meio delas (as árvores) e não pretendo vendê-las".

CONT.



Neoliberalismo florestal

Por trás do DOF e desses sistemas modernos de extração de madeira está o neoliberalismo. Sim, ele não só ainda existe e domina o mundo como hoje é a regra de governo no Brasil, segundo a qual a melhoria da qualidade de vida pode ser alcançada pela liberdade do empreendedorismo individual, com um suporte institucional que proteja os direitos privados, o mercado e o livre comércio. Posto em prática esse sistema, de forma autoritária, bastaria sair jogando. Na última década, cada vez mais, essa ideologia expandiu-se para os domínios tidos como “naturais”, com a privatização de ambientes comunitários. A criação de mercados sempre foi tida como a salvação: o que estaria fora do mercado, seria consumido barbaramente; e lá dentro, em módicas mordidas. Acontece que isso é justamente o contrário da própria formação da Amazônia

A Amazônia, como uma enorme fronteira, é um dos grandes espaços do mundo onde esse jogo do neoliberalismo tem sido travado, de forma bastante cruel e violenta. É um espaço de expansão do neoliberalismo, na terra, no ar, na mata, na água, nas ideias, em tudo onde for possível. Na Amazônia, o teatro do neoliberalismo ocorre ao ar livre, e os atores são expostos sem metáforas. É mais fácil perceber a violência do sistema. Principalmente no Brasil, onde o sangue jorra.

A exploração madeireira na Amazônia é um dos casos mais criativos da expansão do neoliberalismo sobre a natureza. Não apenas criou-se uma grossa maquiagem para tapar cicatrizes profundas, como produziu-se discursos que parecem sem sentido se tirados de contextos – talvez justamente porque não fazem sentido. O DOF, o Sisflora e afins são instrumentos neoliberais em essência, criados e postos em prática na última década. Nessa ideologia, o mercado regularia tudo. Construindo um mercado eletrônico de madeiras, isso iria resolver os principais desafios da Amazônia, uma vez que a exploração madeireira é uma tradicional frente pioneira de expansão do capitalismo na floresta. O mercado iria “proteger” a floresta com uma exploração “sustentável” e todo mundo iria ganhar com isso. Só que não é bem assim que a última década passou. Ao menos para as pessoas mortas em conflitos pela exploração madeireira.

É difícil imaginar que qualquer sistema de mercado consiga oferecer madeira nativa suficiente para alimentar o metabolismo global, ou mesmo a ganância da elite nacional. Para a população que leva a vida junto da floresta, não há dúvidas de que o uso das madeiras é sustentável, pois não apenas protege, como constrói e molda a própria floresta. Mas alimentar luxo mundial destruindo o ambiente não vai melhorar a vida do povo brasileiro, principalmente daqueles que vivem na Amazônia. Não vai ser colocando os móveis na fogueira que a vida dentro de casa vai melhorar, para usar analogia pensada pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro para descrever, de forma sintética, esse crescimento devastador em marcha. Só uma democracia radical, onde aquelas populações afetadas pela extração de recursos possam decidir sobre o seu futuro, é que talvez mude alguma coisa.



MPF em Juína questiona Ibama, Sema e Dnit sobre impactos da BR-174 sobre terras indígenas

SÍTIO PR/MT, 26.05.2014

Índios Cinta-Larga e Enawenê Nawê alertam para impactos causados pela obra na BR-174, entre MT e RO

O Ministério Público Federal em Juína encaminhou ofício aos gestores do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transporte (DNIT) em Mato Grosso, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA), da coordenação regional e à presidência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para questionar a regularidade das obras que estão sendo realizadas na BR-174, no trecho que liga Juína (MT) à Vilhena (RO).

Segundo documento apresentado pelos índios das etnias Cinta-Larga e Enawenê-Nawê, o trecho da rodovia em obras atravessa o Parque Indígena Aripuanã e a Terra Indígena Enawenê Nawê, territórios tradicionais de ocupação indígena homologados em 1989 e 1996, respectivamente.

Por causar impactos em terras indígenas, o licenciamento para a realização da obra na rodovia deveria respeitar a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, que prevê a consulta aos povos afetados. O texto da Convenção 169 tem o mesmo efeito dos artigos da Constituição Federal e define que os povos interessados devem ser consultados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

“A realização de uma obra na rodovia que atravessa terras indígenas impõe aos governos a obrigação de que os povos indígenas afetados sejam consultados, com o objetivo de determinar se os interesses desses povos serão prejudicados, e em que medida, antes de iniciar qualquer atividade que possa causar impactos como requisito para a liberação das licenças exigidas para a obra”, explica a procuradora da República Talita de Oliveira.

Impactos - A coordenação da Funai em Juína fez três comunicados ao Ministério Público Federal sobre os problemas ocasionados pela obra, principalmente quanto à degradação ambiental e cultural dos indígenas da região, uma vez que a reabertura da BR-147 têm levado muitas pessoas para áreas dentro do território indígena, além da exploração ilegal de madeira e minérios. A retirada de calcário de dentro dos limites da terra Enawenê foi constata pela coordenação da Funai.

A situação levou os indígenas a cobrar pedágio, desde o dia 30 de abril deste ano, dos motoristas que passam pelo trecho da rodovia que serve de ligação entre Mato Grosso e Rondônia e que atravessa os territórios tradicionais dos Enawenê Nawê e Cinta-Larga.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 92 / 2013

Brasília, 27 de maio de 2014.

Além de requisitar informações à SEMA, IBAMA, e DNIT sobre as medidas adotadas com relação à reabertura da BR-174, a regularidade da licenciamento e, à FUNAI, sobre o diálogo estabelecido com os índios, o Ministério Público Federal determinou a instauração de um inquérito na Polícia Federal para investigar a retirada ilegal de cascalho de uma área dentro da Terra Enawenê Nawê.

Os órgãos têm prazo de dez dias úteis para responder ao MPF, a contar do recebimento do ofício.

Ministério Público Federal no Mato Grosso
Assessoria de Comunicação
(65) 3612-5083 / 9286-2891
ascom@prmt.mpf.gov.br
www.prmt.mpf.mp.br



RR – Lideranças indígenas prestam solidariedade à comunidade Anzol ameaçada de remoção

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.05.2014

CIR

Uma comitiva de quinze lideranças indígenas de várias regiões do estado de Roraima preocupadas com a situação da comunidade indígena Anzol, região do Murupu, ameaçada de remoção, realizaram visita de solidariedade a esta comunidade nesta sexta, dia 23 de maio.

A comunidade indígena Anzol, atualmente composta por 14 pais de família e população de 52 indígenas, é mais uma comunidade indígena no Brasil que busca o reconhecimento do direito a terra. Essa comunidade foi deixada de fora nas demarcações de terras indígenas na década de oitenta, quando ocorreram as demarcações 'em ilhas' no estado de Roraima.

A área em que a comunidade vivia era de propriedade da união, concedida pelo INCRA à Fazenda São Jorge, e recentemente foi vendida sem levar em conta a existência da comunidade para a empresa que está solicitando agora a retirada dos moradores.

Recentemente, no dia 3 de maio, a comunidade indígena teve conhecimento de que a empresa FIT Empreendimento Ltda. ingressou com um pedido liminar de reintegração de posse para que seus membros fossem retirados da área da comunidade. O pedido alega que a presença dos indígenas na área pode prejudicar as atividades de plantação de acácia mangium e exportação de madeiras para a Europa. A ação está tramitando na Justiça Estadual e aguarda a análise judicial para deferimento ou não da liminar de reintegração de posse a favor da empresa.

O apoio e o compromisso de uma luta coletiva das lideranças indígenas foram firmados durante a 42ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima em março deste ano no Centro Regional Lago do Caracaranã, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, onde a situação da comunidade Anzol foi amplamente apresentada pelo Tuxaua da comunidade.

Diante da situação que preocupa a comunidade Anzol, o momento é de apoio e ações concretas para o reconhecimento da terra pelo poder executivo, e nessa ação imediata visam garantir o direito constitucional para a comunidade. Esta visita marca o apoio de todas as lideranças indígenas do estado que estão atentas às decisões das autoridades e se solidarizam à comunidade Anzol que aguarda justiça.



Seminário sobre Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas: Declaração da Tabalascada

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.05.2014

Conselho Indígena de Roraima – CIR

Nós, lideranças indígenas Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Ye'kuana, Yanomami do Brasil, lideranças indígenas Arauak, Wapichana, Akawaio da Guiana Inglesa, e lideranças indígenas Ye'kuana, Uwottuja, Yanomami, Yabarana e Baré da Venezuela, juntamente com nossas organizações indígenas Conselho Indígena de Roraima – CIR, Hutukara Associação Yanomami – HAY, Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos – APITSM, Conselho do Povo Ingarikó – COPING, Organização Regional dos Povos Indígenas do Amazonas – ORPIA, Horonami – Associação Yanomami da Venezuela, Organização de Mulheres de Aisharatoon, organizações aliadas como o Instituto Socioambiental – ISA e Conselho Indigenista Missionário – CIMI, e demais convidados, reunidos no Seminário sobre Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas realizado nos dias 20 a 22 de maio de 2014 na Comunidade Indígena Tabalascada, região Serra da Lua, Roraima – Brasil, afirmamos que a Mineração e Hidrelétricas atingem a vida dos povos indígenas e que Mineração e Hidrelétricas andam juntas! Sem Hidrelétricas não tem Mineração.

Os benefícios alegados por quem defende a mineração e as hidrelétricas não são os benefícios que queremos ter. Para nós o que tem importância é a terra, a vida, as florestas, os animais, a cultura, a tranquilidade e nossa forma de vida garantida para nossas futuras gerações.

Considerando o significativo número de pedidos de pesquisa e lavra que incidem nas terras indígenas no Brasil;

Considerando que 68% do território da Guiana pode ser afetado por projetos de mineração e hidrelétricas, e na Venezuela se avançam as concessões para exploração mineral de vastas áreas no Estado Bolívar e Amazonas por empresas chinesas, sendo que 90% das terras indígenas sequer foram demarcadas como estabelece a Constituição Venezuelana;

Considerando que as regiões fronteiriças na Amazônia estão fortemente afetadas por garimpeiros e empresários de garimpo brasileiros que, muitas vezes operam ilegalmente, principalmente nas Regiões 7 e 9 na Guiana Inglesa;

Considerando que o Governo Brasileiro tem acordos com o Governo Guianense para construção de hidrelétricas, estradas e outras grandes obras, e que estes acordos precisam incluir a necessidade de ter os direitos dos povos indígenas daquele país assegurados;

Considerando que os grandes projetos visam beneficiar as empresas que os constroem e as que vão consumir a energia gerada, causando maior concentração de riqueza, e que desconsideram a participação e os planos de desenvolvimento dos povos indígenas que afetam;

CONT.



Considerando os grandes impactos no meio ambiente e na sobrevivência física e cultural dos povos indígenas causados pela mineração e pelas hidrelétricas;

Considerando a degradação da qualidade de vida e os danos reais e potenciais existentes na região da tríptica fronteira Brasil-Guiana-Venezuela, divisor de águas no Escudo das Guianas, conhecida como Circum Roraima, um dos lugares mais antigos, ricos em sociobiodiversidade e conservados do planeta, por ser território habitado e considerado sagrado pelos povos indígenas dos três países, cujo marco comum é o Tepui Roraima, a "Mãe das Águas" ou Wazaká, lugar mitológico de origem de todas as frutas, sementes e plantas, e casa de Macunaima;

Considerando a existência de propostas no Congresso Nacional Brasileiro que visam restringir os direitos indígenas à terra e ao uso dos recursos naturais, comprometendo desde a autonomia até a sobrevivência física e cultural;

Considerando que os Estados Brasileiro, Venezuelano e Guianense não estão cumprindo com a obrigação de consultar os povos indígenas sobre os projetos e programas de desenvolvimento nacionais;

Convocamos as organizações indígenas e de apoio a se mobilizarem contra a Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas na Amazônia:

Que o Estado Brasileiro adote medidas para a rejeição do PL 1610/96 de autoria do Senador Romero Jucá que regulamenta a mineração em terras indígenas, e medidas para proteger o direito fundamental dos povos indígenas, ou seja, a vida, a cultura, a justiça, e não permita a mineração e hidrelétricas em Terras Indígenas na Amazônia;

Que o Estado Venezuelano proceda à demarcação das terras indígenas e respeite as deliberações e propostas das organizações indígenas que são apresentadas nas Mesas de Diálogos;

Que o Estado da Guiana assine a Convenção 169 da OIT, somando-se ao conjunto de países e da comunidade internacional no respeito e garantia dos direitos dos povos indígenas;

Que os Estados do Brasil, Guiana e Venezuela respeitem e cumpram as obrigações adquiridas com a Convenção 169 da OIT, garantindo o direito de livre determinação dos povos indígenas e o direito de consulta livre, prévia e informada diante de quaisquer projetos de mineração e hidrelétricas que se projetem sobre nossos territórios.

Por fim, declaramos que somos contra a Mineração e Hidrelétricas nas terras indígenas da Amazônia.

Comunidade Indígena Tabalascada – Roraima, 22 de Maio de 2014.

Abaixo Assinamos,

Seguem as assinaturas dos participantes.



MA – O povoado Centro Seco pede socorro!
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.05.2014

José Antonio Basto, Territórios Livres do Baixo Parnaíba

Será que essa fumaça não atinge a humilde população de Centro Seco? Pois bem, mais uma vez a Empresa Margusa está operando um sistema de fornos de carvão bem próximo da comunidade de Centro Seco, há 12km da sede de Urbano Santos-MA.

Entende-se que isso não passa de um desacato aos direitos humanos e da vida, a fumaça prejudica não apenas o meio ambiente, fauna e flora, mas também os moradores daquela comunidade sofrida. Sem falar nas condições precárias dos trabalhadores assalariados rurais que vivem em sistema de trabalho escravo explorados pela empresa.

A Margusa há muito tempo atua no município de Urbano Santos, vale lembrar casos importantes como a resistência da população de Juçaral quando orientados pelo movimento social na década de 90 foram derrubar os fornos que transformavam o cerrado em carvão, as chapadas de Juçaral sofreram a devastação e a população ameaçada lutaram pelos seus direitos, foi uma conquista da militância dos direitos humanos.

Centro Seco está organizando uma associação que pretende entrar com um pedido de regularização e arrecadação fundiária pelo ITERMA de 700 hectares de terras, infelizmente o povoado é todo cercado por campos de eucaliptos e do lado que limita com o município de São Benedito está a chamada gauchada com a monocultura de soja matando os animais dos camponeses quando adentram nas áreas. Se formos fazer uma retrospectiva, essas terras até a década de 40 não tinha donos, as famílias influentes na política dos anos 50, 60 e 70 se apossaram das áreas que por direito já era dos trabalhadores rurais que ali viviam e trabalhavam.

No início de 80, a Florestal LTDA chega com o programa de teste do eucalipto e pra isso precisavam de terras para plantar a peste, daí sobrou para os lavradores, os gestores no período venderam grandes áreas fazendo com que a empresa adentrasse nas comunidades, não sobrando nada para os trabalhadores rurais. Florestal se transformou em Suzano, gerando a Margusa que é uma só causando cada vez mais problemas ambientais em nosso município.

Essa fumaça está acabando com a vida dos animais silvestres, das águas, dos seres humanos, essa fumaça dos fornos de carvão está acabando com a vida.

O Povoado Centro Seco pede socorro!

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



Ópera 'indígena' estreia em festival, no Teatro Amazonas

SÍTIO AMAZONAS EM TEMPO, 26.05.2014

O curioso e inquietante universo das lendas brasileiras e, consequentemente, amazônicas invade o palco do Teatro Amazonas, neste domingo (25), às 19h, dentro da programação do Festival Amazonas de Ópera (FAO). Tendo como base o poema "A infância de um guerreiro", do amazonense Max Carphentier, a ópera "Onheama", do carioca João Guilherme Riper, fará sua estreia mundial tendo em seu elenco o coral infantil do Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro, além de seis solistas amazonenses, com destaque para Dhijana Nobre (Iara) e Rafael Lima (Tuxaua).

Segundo Dhijana Nobre, o convite feito pelo maestro Luiz Fernando Malheiro aconteceu em janeiro deste ano e foi encarado como um desafio. "Estou bastante honrada em participar de uma ópera encomendada exclusivamente para o nosso festival e participar dessa estreia mundial. Além disso, poder cantar e contar as lendas amazônicas é motivo de orgulho", conta.

Acostumada a cantar em idiomas como alemão, francês, italiano e, até mesmo, em inglês, Dhijana afirma que se apresentar em português é muito mais difícil do que muitos acham. "Por se tratar do idioma nativo, é preciso praticar mais do que o normal para que o público consiga entender com clareza o que está sendo pronunciado. As palavras em português possuem um som nasal forte diferentemente das outras línguas. Portanto, o trabalho é redobrado", explica.

Por se tratar de uma ópera inédita, a soprano teve que criar a sua personagem de maneira muito pessoal, por assim dizer. "Quando se trata de uma obra conhecida, geralmente, buscamos analisar a forma de cantar de outros profissionais. Neste caso, foi completamente diferente. A Iara que será vista no palco possui as minhas cores, a minha autocriatividade. O que temos visto atualmente é uma espécie de "cover". A pessoa vê alguém cantando e se utiliza dos recursos deste outro para poder montar sua personagem. Não foi esse o caso", revela.

O ensaio geral foi realizado na tarde da última sexta-feira (23) e deixou Dhijana satisfeita com o resultado. "Tivemos a oportunidade de contar diversas vezes com a presença do próprio João Guilherme Riper. E isso é muito importante porque a obra é dele, ninguém melhor do que ele mesmo para saber o que está certo ou errado. Ouvi-lo gritar "bravo!" e ter esse contato foi de extrema importância. Estou ansiosa, mas pronta para mostrar todo este trabalho".

Infantil

Professora de canto do Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro (Laocs), a soprano ressalta a iniciativa da organização do festival em manter espetáculos direcionados para o público infantojuvenil. "Onheama" tem como foco espectadores mais novos e isso é algo que já vem sendo feito nos últimos anos. Colocá-los em contato direto com a orquestra e com a música erudita como um todo é bastante válido. É muito bom poder contar histórias, muitas vezes vistas em livros, por meio do canto, da ópera", salienta.



Em protesto, indígenas acampam em sede de Unidade de Educação no PA
SÍTIO G1, 26.05.2014

*Lideranças, professores e alunos protestam contra demissão de coordenador.
Eles fazem parte do Sistema de Organização Modular de Ensino (Some).*

Na manhã desta segunda-feira (26), lideranças indígenas e professores do Sistema de Organização Modular de Ensino (Some) acampam na sede da 5ª Unidade Regional de Ensino (5ª URE) em Santarém, oeste do Pará. O protesto quer pressionar o órgão para que atenda a reivindicação de recontratar o coordenador do Some indígena, demitido no mês de abril.

Segundo o coordenador que foi demitido, Gedeão Monteiro, cerca de 40 pessoas estão acampadas no local, que teve os portões fechados, impedindo a entrada ou saída das pessoas e ressalta que a manifestação é pacífica. Até o momento, ninguém está sendo mantido refém.

O Grupo Tático Operacional (GTO) está no local para evitar tumultos. Membros da Ordem dos Advogados do Brasil - subseção Santarém (OAB) também foram chamados para auxiliar nas negociações.

Monteiro explica que havia uma determinação do Ministério Público para que o professor temporário que completasse 2 anos deixasse o cargo. "Então, começou a acontecer essas demissões em massa, as lideranças todas reuniram para fazer um TAC [Termo de Ajuste de Conduta] e esse termo foi firmado entre MPF, MPE e o Ministério do Trabalho. Foi feito esse termo garantindo ao cargo aos professores temporários, tanto faz ser indígena ou não, até 2017, quando a gente prevê que se tenha um concurso público específico para educação indígena", explica o coordenador.

Segundo Monteiro, o termo foi descumprido desde o dia 1º de abril. "Os professores que aqui estão, eles estão aqui para pedir o retorno da coordenação e as outras pessoas que estão fora. A 5ª URE está intervindo com Belém, mas não deu uma resposta. As lideranças deram um prazo para que eles tivessem uma resposta quinta passada, não deram e eles prometeram voltar hoje. Se não for resolvido, eles, devem ficar na 5ª URE acampados mesmo", assegura o coordenador.

De acordo com as lideranças, a falta de um coordenador no Sistema Modular impede que educadores sejam enviados às aldeias para ministrar aulas para os indígenas. O coordenador geral da educação indígena Tapajó-Arapiun, João Tapajós, afirma que já existem aldeias que estão sem aulas por conta da demissão.

Entenda o caso

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 92 / 2013

Brasília, 27 de maio de 2014.

Um grupo de manifestantes entregou um documento ao Ministério Público Federal em Santarém, na última terça-feira (20), denunciando a demissão do coordenador, que foi feita sem justificativa. A demissão estaria descumprindo o TAC firmado entre Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Secretaria de Estado de Educação (Seduc), 5ª URE e lideranças indígenas, que prevê que servidores da educação temporários sejam mantidos no cargo até a abertura de um concurso público, que deve ser realizado entre 2016 e 2017.

Os indígenas reuniram ainda no dia 20 com coordenadores da 5ª URE, cobrando providências. Desde então, nenhuma resposta foi obtida. Segundo Tapajós, um novo coordenador temporário não pode ser contratado após o dia 30 de maio, pois, faz parte do período de campanha eleitoral.



Desocupação de reserva Yanomami em Caracará, Sul de RR, é finalizada
SÍTIO G1, 26.05.2014

*Retirada do último fazendeiro na região do Ajarani ocorre neste sábado (31).
Ação é fruto de um Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo MPF.*

Do G1 RR

Após 22 anos de homologadas, áreas da região do Ajarani, pertencentes à reserva indígena Yanomami localizada no município de Caracará, Sul de Roraima, serão totalmente desocupadas por fazendeiros neste sábado (31), segundo informou o procurador da República Gustavo Kenner Alcântara, representante titular da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão Indígena do Ministério Público Federal em Roraima.

A ação de retirada finaliza o cronograma de desocupação estabelecido no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado pelo MPF no fim de 2013 com proprietários de 12 fazendas situadas irregularmente dentro da reserva. De acordo com o procurador da República, ocorreram desocupações na região nos meses de dezembro do ano passado e abril deste ano.

"Está marcado para o dia 31 a desocupação da última fazenda que sobrou. O TAC estabeleceu a obrigação dos fazendeiros desocuparem a área. É possível que até já estejam sendo retirados animais, objetos, mas a programação para a retirada ocorre nos dias 30 e 31, com a participação da Funai [Fundação Nacional do Índio]", comentou Alcântara.

O Termo previa que os fazendeiros retirados da área fossem indenizados. "Algumas fazendas eram consideradas de boa-fé, então receberam indenização por parte da Funai. As de má-fé, não foram indenizadas", explicou o procurador, acrescentando que a indenização é referente às benfeitorias realizadas na área e não da terra, pois esta pertence à União.

Para o coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana (FPEYY), João Catalano, a desocupação total da área representa uma conquista para os povos indígenas. "Vamos concluir o processo após os 22 anos de homologação. Era um direito dos indígenas desde 1992", disse.

Segundo Catalano, a desintrusão ocorreu de forma pacífica e o desafio agora é promover a sustentabilidade dos indígenas nesta área que, segundo ele, compreende em torno de 25 mil hectares.



MPF faz levantamento das comunidades tradicionais atingidas pela transposição
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.05.2014

Ascom SFVivo

A procuradoria do Ministério Público Federal de Guanambi, no sudoeste da Bahia, está fazendo um levantamento de comunidades tradicionais que estejam sendo prejudicadas pela transposição do Rio São Francisco, em decorrência do Inquérito Civil nº 1.14.009.000252/2013-31.

Para contribuir neste levantamento, as organizações e movimentos sociais que atuam junto às comunidades da Bacia no Médio São Francisco devem informar à Coordenação de Políticas para as Comunidades Tradicionais, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia, eventuais registros que chegam nas secretarias das entidades. A Comissão Pastoral da Terra e a Articulação Popular São Francisco Vivo já estão se organizando para enviar as denúncias registradas.

Os municípios abrangidos pelo levantamento são: Guanambi, Abaíra, Bom Jesus da Lapa, Boquira, Botuporã, Brotas de Macaúbas, Caculé, Caetité, Candiba, Carinhanha, Caturama, Érico Cardoso, Ibiassucê, Ibipitanga, Ibitiara, Igaporã, Ipupiara, Iuiú, Jacaraci, Jussiapé, Lagoa Real, Licínio de Almeida, Livramento de Nossa Senhora, Macaúbas, Malhada, Matina, Morpará, Mortugaba, Novo Horizonte, Oliveira dos Brejinhos, Palmas de Monte Alto, Paramirim, Paratinga, Pindaí, Riacho de Santana, Rio de Contas, Rio do Antônio, Rio do Pires, Santana, Sebastião Laranjeiras, Tanque Novo, Urandi.



Conselheiros da Igualdade Racial analisam candidaturas de negros e mulheres
SÍTIO SEPPIR, 27.05.2014

Pauta de reunião ordinária nesta terça e quarta-feira, inclui também trabalhos de grupos sobre ações afirmativas, Plano Juventude Viva, comunidades tradicionais e agendas transversais
Conselheiros da Igualdade Racial analisam candidaturas de negros e mulheres

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), realiza a 45ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), nesta terça e quarta-feira (27 e 28 de maio). A atividade acontece no auditório do anexo da SEPPIR, situado no SEPN Quadra 514, Bloco C, Lote 8, Asa Norte, a partir das 9h, em Brasília-DF.

Na pauta, "reunião dos Grupos de Trabalho: Ações Afirmativas, Juventude Viva, Comunidades Tradicionais e Agendas Transversais e Orçamento"; "apresentação e aprovação dos relatórios elaborados"; "apresentação e discussão da análise da execução do Orçamento União para a Igualdade Racial de 2013"; "informe sobre a análise das candidaturas de negros e mulheres nas Eleições de 2014"; e "Sessão Simbólica de Sanção do Hino da Negritude com o Deputado Vicentinho".

O CNPIR é um órgão colegiado de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da SEPPIR. Tem como finalidade propor, em âmbito nacional, políticas de promoção da Igualdade Racial com ênfase na população negra e outros segmentos raciais e étnicos da população brasileira.

Além de combater o racismo, o Conselho ainda tem por missão propor alternativas para superar as desigualdades raciais, tanto do ponto de vista econômico quanto social, político e cultural, ampliando, assim, os processos de controle social sobre as referidas políticas. Ao todo, é composto por 44 membros, dentre entidades da sociedade civil e representantes do Poder Público.

Confira a programação:

27 de maio

9h - Abertura e verificação de quórum mínimo para instalação do CNPIR

9h10 - Aprovação da Ata anterior

9h20 - Leitura e aprovação da pauta

9h30 - Informes Gerais

10h40 - Apresentação e discussão da análise da execução do Orçamento União para a Igualdade Racial de 2013

12h - Informe sobre a análise das candidaturas de negros e mulheres nas Eleições de 2014;

13h - Intervalo almoço

14h - Reunião dos Grupos de Trabalho:

CONT.



1. Ações Afirmativas,
 2. Juventude Viva,
 3. Comunidades Tradicionais, e
 4. Agendas Transversais e Orçamento
- 18h – Encerramento.

28 de maio

9h – Reunião dos Grupos de Trabalho:

1. Ações Afirmativas,
2. Juventude Viva,
3. Comunidades Tradicionais e,
4. Agendas Transversais e Orçamento

10h - Sessão Simbólica de Sanção do Hino da Negritude com o Deputado Vicentinho

13h – Intervalo almoço

14h – Apresentação e aprovação dos relatórios dos grupos de trabalho: Ações Afirmativas, Juventude Viva, Comunidades Tradicionais e Agendas Transversais e Orçamento

17h10 – Encaminhamentos e deliberações

18h – Encerramento

Coordenação de Comunicação da SEPPIR



Cadastro Ambiental Rural: "Falta prioridade política para a gestão ambiental no campo". Entrevista especial com Flávia Camargo de Araújo
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.05.2014

"A falta de comprometimento do Poder Público com a implantação de um CAR de qualidade é apenas mais um passo desastroso na política ambiental brasileira", adverte a técnica em Desenvolvimento e Pesquisa Socioambiental do Instituto Socioambiental – ISA

IHU On-Line - O Cadastro Ambiental Rural – CAR, criado para ser um instrumento de planejamento e monitoramento ambiental das propriedades rurais no sentido de delimitar as áreas preservadas e identificar as que precisam ser reflorestadas, será "meramente declaratório", adverte Flávia Camargo de Araújo à IHU On-Line, na entrevista a seguir, concedida por e-mail. Segundo ela, "se continuar da forma como está regulamentado, o CAR poderá se tornar uma ferramenta burocrática de regularização dos produtores apenas no 'papel', e não na realidade do campo".

Obrigatório a todas as propriedades brasileiras a partir deste ano, o CAR tem recebido muitas críticas dos ambientalistas, pois seu preenchimento poderá ser feito pelo proprietário da terra, e não é obrigatória a "contratação de técnico nem mesmo para a apresentação do projeto de restauração florestal, necessário para a assinatura do termo de compromisso junto ao órgão ambiental". Na avaliação de Flávia de Araújo, o fato de o CAR "ser declaratório e de dispensar a obrigatoriedade de um técnico, inclusive na fase de assinatura do termo de compromisso, demonstra a falta de prioridade em garantir a qualidade no processo de regularização ambiental. Além disso, há pouca preocupação com o processo de análise e validação do CAR. Não há sequer uma previsão de prazo para essa etapa de verificação do caráter fidedigno das informações". E rebate: "Teremos cadastros sobre os quais não poderemos ter segurança acerca do caráter real das informações. Isso implica na não efetividade desse instrumento. Poderemos ter áreas que foram declaradas como preservadas sem que estejam sendo de fato conservadas. Poderemos ter erros, negligências ou omissões intencionais nas declarações que geram uma 'diminuição' no passivo ambiental em desacordo com a realidade no campo".

Flávia Camargo de Araújo é Engenheira Agrônoma e mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal de Brasília. Atualmente leciona no curso de Pós-graduação do Uniceub em Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável e integra o Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental – ISA. Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que é o Cadastro Ambiental Rural e qual a sua finalidade após a aprovação do Código Florestal?

Flávia Camargo de Araújo - O Cadastro Ambiental Rural – CAR é um instrumento de gestão ambiental que registra os dados sobre o uso do solo da propriedade, delimitando as áreas que estão preservadas, as áreas de uso agropecuário e as áreas que, por terem sido ilegalmente desmatadas, precisam ser reflorestadas. O CAR, quando de qualidade, possibilita o adequado

CONT.



planejamento territorial da propriedade e facilita o monitoramento dos desmatamentos por parte dos órgãos ambientais. O Cadastro Ambiental Rural já existia em alguns estados antes da aprovação da nova legislação florestal. O que a nova lei fez foi instituir o CAR em âmbito nacional, tornando-o obrigatório para todas as propriedades.

IHU On-Line – Como deve ocorrer o processo de registrar as informações ambientais das propriedades rurais que precisam de reflorestamento?

Flávia Camargo de Araújo - De acordo com a nova legislação, todas as propriedades terão o prazo de um ano, prorrogável por mais um, para fazer a sua inscrição no CAR. Esse prazo começou a contar agora em maio, quando o CAR foi lançado oficialmente pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA. A forma de registro das informações varia de Estado para Estado.

No sistema lançado pela União, que está sendo adotado pela maioria dos Estados, o registro das informações pode ser feito diretamente pelo proprietário, sem que seja necessário um responsável técnico. Apenas alguns Estados irão exigir a contratação de técnico para a inscrição no CAR.

IHU On-Line – Em que consiste o Decreto nº 8.235/14 e a Instrução Normativa nº 2 do Ministério do Meio Ambiente – MMA?

Flávia Camargo de Araújo - O Decreto 8.235/14 estabelece normas gerais sobre o CAR, os Programas de Regularização Ambiental e estabelece o Programa Mais Ambiente Brasil. A Instrução Normativa nº 2/MMA trata dos procedimentos para a integração dos cadastros no SICAR (Sistema de Cadastro Ambiental Rural) e define procedimentos gerais para o CAR.

Essas normas estavam sendo ansiosamente aguardadas, pois a partir da publicação das duas, o CAR estaria oficialmente lançado. O problema é que as regras definidas tanto pelo decreto como pela instrução normativa mostram que a prioridade é dar celeridade ao processo de cadastramento, ao invés de garantir a eficácia do CAR como instrumento de planejamento e monitoramento ambiental.

IHU On-Line – Quais são as principais dificuldades envolvendo a implantação do CAR?

Flávia Camargo de Araújo - O principal problema é a falta de prioridade política para a gestão ambiental no campo, que se reflete na demora de dois anos para lançar um sistema de cadastramento de bases frágeis. O sistema de cadastro ambiental lançado pelo MMA será um instrumento meramente declaratório, sem o devido apoio técnico. Não será obrigatória a contratação de técnico nem mesmo para a apresentação do projeto de restauração florestal, necessário para a assinatura do termo de compromisso junto ao órgão ambiental.

Levantamento realizado pelo Observatório do Código Florestal demonstra o quanto os órgãos ambientais estaduais ainda estão despreparados para o CAR. Nesses órgãos falta não só recursos humanos, como também estratégias claras de como será feita a análise e validação dos cadastros.

CONT.



IHU On-Line – O CAR tem recebido algumas críticas, entre elas, o fato que você menciona, de não ser necessário um técnico para fazer a inscrição da propriedade no Cadastro. Quais as implicações desse processo?

Flávia Camargo de Araújo - Isso implica que sem uma orientação técnica dificilmente o CAR terá a qualidade necessária como instrumento de gestão ambiental. Elaborar plantas georreferenciadas não é uma tarefa trivial, principalmente se considerarmos a necessidade de uma precisão mínima para identificar as Áreas de Preservação Permanente – APP. Além disso, identificar as APPs em função da declividade poderá ser uma tarefa ainda mais complexa.

Também não é simples compreender a legislação florestal, que possui uma série de termos técnicos e situações particularizadas conforme a data do desmatamento e o tamanho da propriedade. Não sendo tarefas fáceis e tendo em vista a baixa capacitação técnica dos produtores rurais quanto a essas questões, o mais provável é que muitos dos dados do cadastro que serão inseridos diretamente por eles conterão uma série de erros e imprecisões.

Com isso, o trabalho desses órgãos será muitas vezes maior do que seria no caso de os cadastros serem elaborados por técnicos qualificados. Da forma como está previsto, haverá muito “retrabalho”, diminuindo a eficiência do processo.

IHU On-Line – Por que avalia que o CAR poderá se tornar uma ferramenta inócua?

Flávia Camargo de Araújo – Faltam, na regulamentação, alguns pontos importantes para garantir a efetividade do CAR. O fato de ser declaratório e de dispensar a obrigatoriedade de um técnico, inclusive na fase de assinatura do termo de compromisso, demonstra a falta de prioridade em garantir a qualidade no processo de regularização ambiental. Além disso, há pouca preocupação com o processo de análise e validação do CAR. Não há sequer uma previsão de prazo para essa etapa de verificação do caráter fidedigno das informações.

Outro ponto frágil previsto nos normativos é que bastará o recibo da inscrição no CAR para poder acessar o crédito rural. Não será exigida a validação das informações inseridas no cadastro para que o produtor tenha o documento necessário para seu crédito bancário ser liberado. Tanto aquele produtor que fez seu cadastro da forma correta como aquele que inseriu informações falsas terão o mesmo direito nesse caso.

IHU On-Line – Que impactos são visíveis no campo por conta da não implementação do CAR?

Flávia Camargo de Araújo - A demora no lançamento oficial do CAR teve impactos negativos no campo. Os produtores ficaram esperando a regulamentação e essa espera desmobilizou inclusive os produtores que estavam buscando a sua regularização ambiental antes mesmo da nova legislação florestal ter sido aprovada. Vários viveiros de mudas tiveram queda significativa nas suas vendas, sem contar os que encerraram suas atividades.

Em Mato Grosso, por exemplo, o Instituto Socioambiental desenvolve há vários anos um trabalho de restauração florestal junto aos agricultores localizados no entorno do Parque Indígena do Xingu. Para isso, foi formada a Rede de Sementes do Xingu para fornecer

CONT.



sementes para os agricultores restaurarem suas áreas de preservação permanente e de reserva legal. Nesses dois últimos anos, a demanda de sementes da Rede pelos agricultores da região caiu drasticamente.

IHU On-Line – Quais deveriam ser as exigências do CAR dentro da legislação do Código Florestal?

Flávia Camargo de Araújo - Além de exigir o acompanhamento técnico para a inscrição no CAR e no processo de regularização ambiental, os normativos deveriam estabelecer prazos para a análise e validação do CAR. Essa última etapa é fundamental para garantir que a gestão ambiental das propriedades estará sendo definida com base em informações reais e não apenas nos dados que foram declarados. Inclusive falta, na regulamentação publicada pelo MMA, a previsão explícita de que os termos de compromisso só serão assinados após a validação do CAR. Não faz sentido que o termo de compromisso para a regularização ambiental seja assinado sem antes ser verificada a veracidade dos dados cadastrados e a sua adequação técnica.

IHU On-Line – Quais as implicações ambientais caso o CAR não seja devidamente implementado?

Flávia Camargo de Araújo - Teremos cadastros sobre os quais não poderemos ter segurança acerca do caráter real das informações. Isso implica a não efetividade desse instrumento. Poderemos ter áreas que foram declaradas como preservadas sem que estejam sendo de fato conservadas. Poderemos ter erros, negligências ou omissões intencionais nas declarações que geram uma “diminuição” no passivo ambiental em desacordo com a realidade no campo. Isso poderá reduzir as obrigações do produtor em restaurar suas áreas de preservação. Produtores poderão, portanto, estar regulares no papel sem estar regulares no campo. As perdas ambientais, que já foram imensas com as anistias concedidas pela nova lei, poderão ser ainda maiores, prejudicando a qualidade da água, do solo e da biodiversidade.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Flávia Camargo de Araújo - A falta de comprometimento do Poder Público com a implantação de um CAR de qualidade é apenas mais um passo desastroso na política ambiental brasileira. São realmente lamentáveis as perdas que tivemos nos últimos anos em decorrência das mudanças na legislação florestal.

A aprovação da nova legislação florestal foi uma derrota imensa para toda a sociedade, inclusive para os produtores rurais, aos quais dependem das condições ambientais para realizar as suas atividades econômicas. As anistias concedidas representam grandes áreas que deixarão de ser recuperadas e não mais irão prestar os tão necessários serviços ambientais, como proteção dos cursos de água, infiltração e armazenamento de água no solo, controle de erosão e polinização.

Já estamos vivendo as consequências das negligências com o Código Florestal antigo. A falta de água que vemos em São Paulo, por exemplo, tem correlação com o enorme desmatamento

CONT.



na região. Se não houver mudanças de rumo, situações como essa podem se tornar cada vez mais comuns.

Infelizmente, parece que as consequências negativas da nova legislação florestal não se resumem apenas à diminuição dos padrões de proteção ambiental para aqueles que desmataram, há também um enfraquecimento de instrumentos como o CAR. Se continuar da forma como está regulamentado, o CAR poderá se tornar uma ferramenta burocrática de regularização dos produtores apenas no “papel”, e não na realidade do campo.



Cartas e declarações, mobilização Brasília

SÍTIO CIMI, 27.05.2014

A Praça dos Três Poderes, na Esplanada dos Ministérios, tornou-se a aldeia das mais de 500 lideranças indígenas organizadas na Mobilização Nacional Indígena. No final da manhã desta terça-feira, 27, uma comissão de indígenas protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma queixa-crime (leia aqui) contra os deputados federais Luiz Carlos Heinze (PP/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS).

A comissão – composta pela direção da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e por lideranças indígenas de cada uma das regiões do país – entregou ao Supremo um documento em que pedem que os ministros apurem as declarações racistas e homofóbicas desses parlamentares contra povos indígenas, quilombolas e movimento LGBTT. O documento solicita ainda a apuração dos crimes de incitação ao ódio e à violência contra as comunidades que reivindicam seus territórios tradicionais. Veja o vídeo.

Os ataques foram desferidos por Heinze, presidente da Frente Agropecuária da Câmara Federal, e Moreira durante audiência pública da Comissão de Agricultura, em novembro do ano passado, no município de Vicente Dutra (RS). Durante a audiência, financiada com dinheiro público, Heinze incentivou agricultores a formar milícias e Moreira pediu que eles impedissem as retomadas indígenas com violência.

Segundo Cretã Kaingang, o conflito fundiário em Faxinalzinho (RS) foi acirrado por essas declarações: “Nunca quisemos tirar o direito de ninguém. Apenas queremos o pouco que restou de nossas terras. Os deputados estão querendo jogar pequenos agricultores e a sociedade não-índia contra nós”, afirma a liderança. Leia o pronunciamento dos Kaingang de Kandóia-Votouro sobre o conflito.

Durante o trajeto das delegações indígenas de Luziânia (GO) para Brasília (DF), a Polícia Rodoviária Federal parou os ônibus na BR-040, altura do município de Santa Maria, para contar a quantidade de indígenas em cada ônibus. Segundo as lideranças, o policiamento afirmou ter recebido ordens para informar quantas pessoas estavam se deslocando para a Esplanada dos Ministérios.



Petição exige que a empresa PepsiCo não use mais óleo de palma em sua produção
SÍTIO ADITAL, 27.05.2014

A multinacional estadunidense PepsiCo é acusada de destruir florestais tropicais para a obtenção do óleo de palma, no Brasil conhecido como azeite de dendê. Este é utilizado para o processo de fritura das batatas e produção de biscoitos comercializados pela empresa. Uma aliança internacional de ONGs vem atacando a multinacional no "Global Day of Action to Cut Conflict Palm Oil". InYourPalm é o slogan da ofensiva contra a empresa.

Ambientalistas em todo o mundo denunciam que as áreas de floresta usadas para o plantio do óleo são os habitats remanescentes de animais ameaçados, como o tigre da Sumatra (Indonésia), o rinoceronte asiático e o orangotango. No Brasil, o cultivo do óleo também pode ameaçar a floresta amazônica, sua biodiversidade e a moradia de comunidades indígenas.

Em 2013, a Rainforest Action Network exigiu das vinte maiores empresas de confeitaria que já não comprassem mais óleo de palma conflituo. Algumas empresas como a Kellogg e Mars prometeram, mas a PepsiCo não se pronunciou sobre o assunto.

A empresa estadunidense compra mais de 450 mil toneladas de óleo de palma por ano. A maior parte do óleo é utilizado para os doces da marca Frito-Lay, que enchem as estantes dos supermercados da América do Norte. Ainda que as bebidas da empresa que se vendem em Portugal e no Brasil não contenham óleo de palma, os consumidores em todo o mundo devem chamar a multinacional à razão.

Uma ação organizada por organizações ambientalistas, como a Salve a Selva, quer pressionar a PepsiCo para pôr fim à destruição das florestas tropicais ocasionada pelo plantio e extração do óleo de palma. Uma petição que exige explicações e pede que óleo de palma seja substituído no processo de produção da empresa já está disponível nas redes sociais. Para participar da ação contra a PepsiCo assine a petição: <https://www.salveaselva.org/acoes/952/pepsi-deve-por-fim-a-destruicao-da-floresta-tropical>



Exposição afro-indígena pode ser vista até sexta-feira

SÍTIO O LIBERAL, 27.05.2014

Obras exploram a diversidade cultural e artística brasileira através da pintura, grafismo, colagem, escultura e artesanato, utilizando materiais reciclados

A cultura afro-indígena tem riquezas de trabalhos artesanais e artísticos que se inspiram no passado, mas se renovam a cada ano. Assim, obras de arte que foram descobertas pelos povos da África ou em tribos indígenas há milhares de anos exerceram sua influência na cultura brasileira desde o princípio, com reflexos até os dias de hoje. Apostando nisso, a Biblioteca Municipal Jandyrá Basseto Pântano, de Americana, sedia até sexta-feira a exposição "Arte Afro-Indígena e Sustentabilidade".

A mostra, aberta no começo do mês, pode ser visitada das 9h às 18h, com entrada gratuita.

Ao todo, estão expostas cerca de 30 esculturas produzidas pelos alunos do 5º ano do ensino fundamental do Ciep (Centro Integrado de Educação Pública) Professor Anísio Spínola Teixeira. As obras são resultado das aulas de arte ministradas pelo professor Antônio Roberto da Silva, o Beto. "A riqueza cultural e plástica destes povos é emblemática e para isso procuramos trabalhar estes elementos com pintura e escultura, resultando em máscaras e obras artísticas com traços da cultura africana e indígena", destaca.

Para ele, a maior riqueza do projeto vai além das obras expostas. Os trabalhos que fazem parte da mostra são peças de arte contemporâneas que foram produzidas a partir de materiais reaproveitados, reciclados do meio ambiente. "Houve todo um processo de pesquisa, de conhecimento da cultura afro-indígena, que resultou em desenho. O mais legal foi ter trabalhado todo o grafismo e escultura de forma sustentável, reaproveitando papelão e materiais descartáveis", observa.

Todo processo foi registrado em imagens fotográficas, totalizando mais de 200 imagens, mas somente 30 delas foram selecionadas para a mostra. A primeira forma de arte plástica afro-brasileira propriamente dita é uma arte ritual de caráter religioso, que data de 1930. "O aluno fruiu arte por necessidade e tornou-se sensível a ela. Buscou compreender, interpretar, analisar, recriar, reinterpretar o seu trabalho e o dos outros. Produz e produziu trabalhos artísticos utilizando sua poética pessoal para expressar e comunicar imagens, ideias, pensamentos e sentimentos. Construiu conceitos sobre arte. Um aluno que poetiza o mundo", finaliza o professor.

ACONTECE: A exposição "Arte Afro-Indígena e Sustentabilidade" pode ser vista até sexta-feira, das 9h às 18h. A entrada é gratuita. A Biblioteca Municipal fica na Rua Herman Müller Carioba, 172, Centro. Informações pelo telefone 3461-9157.



Por falta de gestão ambiental, duplicação da 386 deve parar

SÍTIO INFORMATIVO DO VALE, 27.05.2014

Sem contrato, fundação catarinense que monitora a execução das obras ameaça abandonar o canteiro, como fez em 2012

Vale do Taquari – Os nove quilômetros finais da duplicação da BR-386 entre Estrela e Tabai ameaçam ficar sem obras nos próximos dias. Além da aldeia indígena que ocupa uma faixa de dois quilômetros ainda intocáveis, agora a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapel) ameaça deixar a gestão ambiental por falta de contrato.

Conforme o presidente da Comissão Pró-duplicação da BR-386, José Luiz Cenci, esta é a segunda vez que a Fapel ameaça parar os trabalhos. “Em 2012 houve um impasse parecido. Na época, uma pressão política junto ao Dnit em Brasília resolveu o problema”, recorda.

A presença da gestão ambiental, feita pela Fapel, é indispensável ao trabalho das máquinas. “Sem a gestão ambiental o trabalho é parado”, diz o engenheiro do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em Porto Alegre, Hiratan da Silva. Segundo ele, a gestão de meio ambiente do Dnit em Brasília ainda não se posicionou diante do anúncio da Fapel em abandonar a obra.

Cenci rebate e critica a atuação do órgão no estado. “O Dnit é sim responsável pela contratação dos serviços para a duplicação da rodovia e deve estar atento à possibilidade de paralisação dos trabalhos, caso se confirme a saída da Fapel”, pontua o presidente da comissão.

A Fundação, que é vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) informa que, caso não haja renovação do contrato, vencido ainda no ano passado, a gestão ambiental da obra de duplicação da BR-386 será interrompida. Os técnicos devem abandonar a obra no fim deste mês.

Segundo o engenheiro do Dnit, com a possibilidade de paralisação da obra, com ausência da consultoria da Fapel, não há previsão de conclusão da duplicação da BR-386 entre Estrela e Tabai.

Entenda o caso

A conclusão parcial da duplicação da BR-386 estava prevista para ocorrer no mês de maio de 2014. Apenas os dois quilômetros entre Estrela e Bom Retiro do Sul, onde a rodovia margeia uma aldeia caingangue não estariam prontos, pois precisam de uma aprovação da Funai. A Funai precisa vistoriar a construção da nova aldeia indígena para liberar a duplicação no trecho caingangue.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 92 / 2013

Brasília, 27 de maio de 2014.

A duplicação da BR-386 estava orçada inicialmente em R\$ 150 mil. Obras federais têm a possibilidade de incluir aditivos até o teto de 25% do valor inicial orçado. Até o momento, sem

CONT.

a possibilidade de contratação de uma nova consultoria, a obra já subiu de preço e deve consumir R\$ 180 milhões – 20% de aditivo em cima do valor original.

Em 2012, a Fapel ameaçou deixar a gestão ambiental da duplicação pelo mesmo problema: falta de contrato com o Dnit



MPF pede alteração do traçado da BR 158 no trecho que corta a área indígena Marãiwatsédé

SÍTIO ARAGUAIA DIGITAL, 27.05.2014

Inquérito Civil Público visa acompanhar a mudança do traçado da BR 158 no intervalo que passa pela T.

A portaria 005 de 6 de maio de 2014 do Ministério Público Federal resolve converter o Processo Administrativo nº 1.20.000.000750/2012-85 em Inquérito Civil Público com o seguinte objeto: “acompanhamento da mudança de traçado da BR 158 no trecho que atravessa a TI Marãiwatsédé para que abranja os Municípios de Bom Jesus do Araguaia, Serra Nova Dourada e Alto Boa Vista”

Para os Xavante de Marãiwatsédé, a luta pela transferência da BR 158 é imediata. O trânsito dos não índios deliberado pela BR é um dos motivos das reinvasões e dos focos de incêndios constantes no território indígena de Marãiwatsédé.

Marãiwatsédé é um território indígena Xavante, que está localizado na região nordeste de Mato Grosso há 965 km de Cuiabá. Os A'uwẽ Uptabi – povo verdadeiro, como os Xavante se autodenominam – lutaram por mais de quarenta anos pelo direito de voltar para sua terra ancestral, Marãiwatsédé.

E este retorno se deu, não de modo pacífico, mas a partir de uma operação de retomada e devolução da área de 165 mil hectares para o povo Xavante, determinada pelo Supremo Tribunal Federal em outubro de 2012.

A operação de Desintrusão durou cerca de cinco meses, quando em 5 de abril de 2013, no município de São Félix do Araguaia – MT, foi entregue uma carta à comunidade de Marãiwatsédé, em que o governo afirmou o direito e a posse plena da terra pelo povo Xavante.

Desde então, a bandeira levantada pelos Xavante de Marãiwatsédé tem sido a reconstrução do seu território tradicional e a mudança no trajeto da BR 158. Eles desejam ver a mata crescer para proteger o povo verdadeiro. O Cacique Damião Paridzané frisa a importância do reflorestamento para o dia-a-dia do seu povo “quando o pessoal vai caçar ou pra procurar outra coisa, imbira, se tiver fruta, já tem fruta. Descansar já tem sombra. Tem que pensar no futuro (risos)”.



Ampliação da área indígena entre Oeste e Vale do Arinos está suspensa

SÍTIO FOLHAMAX, 27.05.2014

A Justiça Federal suspendeu a ampliação da terra indígena Enawenê Nawê, localizada entre os municípios de Juína (732 km de Cuiabá), Sapezal (469 km de Cuiabá) e Comodoro (597 km de Cuiabá), por falta estudo técnico e direito a defesa dos produtores.

A juíza federal Adverci Rates Mendes de Abreu acatou a representação realizada pelo município de Juína que pedia a suspensão do processo. Segundo a magistrada, o processo não atendeu os tramites legais e os produtores rurais da região não puderam realizar o direito de defesa previsto na legislação.

Adverci também afirmou em sua decisão que para a ampliação da reserva é imprescindível a criação de um grupo técnico especializado para debater os interesses dos agricultores e dos índios.

Atualmente, a área pertence há 400 produtores rurais. Somados o grupo representa 25% do Produto Interno Bruto (PIB) de Juína, conforme produtores da região.

Desde 2007, a Fundação Nacional do Índio (Funai) tenta ampliar a área de 742 mil hectares para mais de 1 milhão de hectares. Segundo dados da Funai, Mato Grosso possui mais de 18 mil hectares de Terras Indígenas regularizadas, o que representa quase 20% do território do Estado. Existem 55 terras indígenas regularizadas e 23 áreas em processo de demarcação. Há ainda outras 20 áreas reivindicadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

De acordo com o Rui Prado, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), as áreas que estão em análise já estão consolidadas há vários anos. Caso elas sejam regularizadas pela Funai, o Estado deixará de gerar renda e emprego para sociedade.

“Os produtores que vivem nessas áreas são proprietários legítimos e adquiriram suas terras por meio de vias formais e os seus títulos foram concedidos pelo governo da época. É necessário avaliar o que é prioridade para a população indígena. Observamos que não adianta aumentar e criar novas terras indígenas se os órgãos responsáveis por esses povos não ficarem atentos para outras necessidades primordiais como educação, saúde e segurança”.



Demarcação de terras opõe indígenas a produtores rurais

SÍTIO ALMG, 27.05.2014

PEC federal foi objeto de discussão durante conferência da Câmara dos Deputados realizada na ALMG.

Divergências entre indígenas e produtores rurais marcaram a conferência da Câmara dos Deputados sobre o processo de demarcação de terras indígenas realizada nesta segunda-feira (26/5/14) na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Em discussão, o Proposta de Emenda à Constituição Federal (PEC) 215/00, que trata da forma como são feitas as demarcações de terras indígenas pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Durante o debate, marcado pela grande presença de produtores rurais de Pompéu, Itacarambi e Matinho Campos, quatro indígenas apareceram com faixas, demonstrando descontentamento com a condução da conferência, já que não havia representantes dos indígenas à mesa.

O deputado federal Domingos Sávio (PSDB-MG) se exaltou ante a manifestação dos índios. "Sempre respeitamos os índios. Estamos aqui com a intenção de dialogar. Acredito que a situação em Minas Gerais seja mentirosa. Muitos produtores foram expropriados sem indenização. Não culpo os índios, mas o governo covarde, que, num gesto socialista, está desrespeitando o direito de propriedade", afirmou. O deputado federal Toninho Pinheiro (PP-MG) endossou a fala do colega, dizendo acreditar que, para muitas regiões carentes, como o Norte de Minas, a agropecuária é a única chance de progresso.

O deputado Carlos Pimenta (PDT) declarou considerar um desrespeito a ausência da Funai no debate, já que a entidade não mandou nenhum representante. "É inadmissível que a Funai e o Ministério Público não tenham mandado ninguém. Não queremos que os produtores rurais percam suas terras, e eles têm sido tratados como bandidos", afirmou. O deputado Antônio Carlos Arantes (PSDB) concordou com o colega. "Fazendas antigas, grandes e pequenas, estão sendo tomadas para serem demarcadas. O direito à propriedade precisa ser respeitado", defendeu.

O coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi Regional Leste), Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, também destacou a ausência de várias entidades interessadas no debate, especialmente aquelas que representam os índios e a própria Comissão de Direitos Humanos da ALMG. "O processo de demarcação tem sido fruto de embates, mas se as autoridades aceitassem a riqueza da cultura indígena, tudo seria mais fácil", afirmou. "Há várias cidades que melhoraram depois da demarcação das terras indígenas, como Bertópolis, onde os maxacali impulsionaram a economia local", continuou.

Ele disse também que os debates sobre a PEC 215/00 têm sido influenciados por questões políticas e preconceituosas. "A verdade é que as demarcações recentes são todas fruto de ações judiciais. As principais demarcações de terras indígenas aconteceram nos governos



Collor, Sarney e Fernando Henrique Cardoso”, assegurou.

CONT.

Suspeita de fraudes recai sobre demarcações

O diretor da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), Marcos de Abreu e Silva, disse que, de acordo com a Constituição Federal, só têm direito à demarcação os índios estabelecidos em determinado território até 5 de outubro de 1988. Para ele, a autodeclaração de direito é uma “aberração política”.

O antropólogo e historiador Adalto Anderson Carneiro defendeu que sejam consideradas indígenas apenas aquelas comunidades com usos e costumes sem alteração desde o período pré-colombiano. Segundo ele, muitos antropólogos produzem laudos fraudulentos para a Funai com o objetivo de demarcação de terras.

O deputado federal Domingos Sávio foi além e declarou que um núcleo da Funai em Pompéu estaria incentivando os moradores da cidade a fazerem a autodeclaração como indígenas e que não haveria índios “legítimos” na cidade. “Não há registros de índios morando ali na região em momento nenhum na história”, disse. Ele acrescentou ainda que não tem nada contra as demarcações, desde que os produtores rurais sejam devidamente indenizados pelo Governo Federal.

A educadora indígena Maria Flor disse que muitas pessoas são levadas a achar que todos os índios têm o mesmo biotipo, o que não é verdade. “Muita gente acha que indígenas não têm olhos azuis ou não são loiros, mas estamos num país miscigenado. E se não estávamos nas terras em 1988, foi porque fomos expulsos. Vocês deviam pensar com cuidado. Será que vocês, pequenos produtores rurais, serão beneficiados por essa PEC?”, questionou.



Manifestantes bloqueiam acesso a Belo Monte há cinco dias no Pará

SÍTIO JORNAL DE LONDRINA, 27.05.2014

Protesto pede rapidez no cumprimentos das condicionantes do projeto básico ambiental, no qual a empresa diz já ter investido mais de R\$ 150 milhões
27/05/2014 09:46 Folhapress

Índios e ribeirinhos bloqueiam parcialmente há cinco dias a BR-230 (Transamazônica), em Vitória do Xingu (PA), e impedem o acesso de operários ao sítio principal do canteiro de obras da hidrelétrica de Belo Monte, uma das principais obras do governo federal.

Os manifestantes querem que sejam agilizados, por parte da empresa Norte Energia, responsável pelo consórcio construtor da obra, os cumprimentos das condicionantes do projeto básico ambiental, no qual a empresa diz já ter investido mais de R\$ 150 milhões.

O clima está tenso no local. Manifestantes se apoderaram de três ônibus que transportam funcionários da obra e usaram para bloquear a rodovia. Na sexta-feira passada (23), um dos veículos foi incendiado, crime pelo qual ninguém foi preso.

Nesta segunda-feira (26), um grupo de índios tentou invadir o canteiro de obras e relatou ao MPF (Ministério Público Federal) que foi recebido à balas de borracha e bombas por tropas da Força Nacional de Segurança. Na ação, quatro manifestantes ficaram feridos.

O MPF informou que o comandante da Força Nacional em Altamira será ouvido e que "já havia recebido relatos de trabalhadores e tinha um procedimento para investigar a legitimidade da ação da Força Nacional em defesa do patrimônio da Norte Energia".

"Com as agressões desta segunda-feira, a investigação do MPF passou a ser criminal", comunicou o órgão. A Folha não conseguiu contato com a Força Nacional para comentar o caso.

Outro lado

Também nesta segunda-feira, a Norte Energia informou que foi entregue a resposta às reivindicações apresentadas ao governo federal por indígenas.

"A Norte Energia destaca que nenhuma área indígena será inundada pelas águas do reservatório da [hidrelétrica de] Belo Monte. As obras citadas se destinam à melhoria da qualidade de vida dos moradores das aldeias existentes, que permanecerão nos seus lugares atuais", comunicou.

Segundo a empresa, os únicos índios que serão remanejados para novos bairros em Altamira são os que já moram atualmente na cidade, juntamente com outros povos ribeirinhos e

CONT.



pescadores.

A Norte Energia informou também que assinou no dia 21 deste mês um termo de compromisso com a Funai (Fundação Nacional do Índio).

"As atividades previstas neste documento serão referendadas pela Funai e acompanhadas por um Comitê Gestor formado por representantes das comunidades indígenas, da Norte Energia e do órgão indigenista. O Comitê vai avaliar os planos anuais de trabalho apresentados pela empresa, que também serão submetidos às comunidades indígenas", informou a Norte Energia.

Os manifestantes responderam, de acordo com a empresa, que o termo de compromisso "não valia nada".



Indígena defende na UnB dissertação de mestrado

SÍTIO MUNICÍPIOS BAIANOS, 27.05.2014

Passados menos de trinta dias da morte do professor Aryon Dall'Igna Rodrigues, um dos fundadores da Universidade de Brasília e referência em linguística, o Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas (Lali/IL), que ele criou em 1999, recebeu a banca de mestrado do primeiro índio Mehináku – etnia do Alto Xingu (MT).

Makaulaka Mehináku Awetí defendeu, na semana passada, pesquisa sobre a língua Mehináku, uma das três faladas pela família linguística Aruak do Parque Indígena do Xingu. O trabalho inédito aprofunda a descrição gramatical da língua, que também está presente na região Norte do Brasil e em países como Bolívia, Peru e Venezuela.

“Entrar neste universo significou muito. Penso na minha aldeia, naqueles que abandonaram a sua própria língua. E de como valorizá-la. Esse passo vai nos ajudar a ter voz e a defender a nossa cultura”, disse Makaulaka, durante a defesa da dissertação.

Emocionada, a orientadora do estudo, Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, recordou-se do empenho do professor Aryon Rodrigues para preservar e conhecer as línguas e a cultura indígena. “Cada pesquisa apresentada aqui representa a vitória de uma grande guerra. Os índios devem ser protagonistas dos estudos e não apenas fontes”, afirmou.

A coordenadora substituta de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação, Susana Grillo Guimarães, acompanhou a defesa e salientou a importância de os índios se tornarem pesquisadores. “É um processo que fortalece a própria cultura, pois todas as línguas indígenas estão em risco de extinção. Ao se apropriarem do conhecimento e ao trazê-lo para a universidade, eles criam embasamento para propor e acompanhar as políticas públicas”, declarou.

Professora de Makaulaka no curso de magistério e na graduação em Mato Grosso, Susana parabenizou o trabalho desenvolvido pelo Lali. “Sabemos que há um grande esforço para manter os estudantes de mestrado e doutorado com baixíssimo índice de desistência. Os indígenas são muito apegados às famílias, que muitas vezes acompanham os alunos. Isso envolve muito esforço individual e coletivo”.

TRAJETÓRIA DE SUPERAÇÃO

Na última sexta-feira, Makaulaka Mehináku Awetí, de 34 anos, acordou antes das 6 da manhã. Ao lado da mulher e dos filhos, pintou o corpo de urucum e jenipapo, colocou os ornamentos usados em celebrações especiais indígenas e se dirigiu à UnB para concluir uma das etapas mais importantes da sua vida.

Nascido na aldeia Xalapapühü, localizada a 7 km do antigo posto indígena Leonardo Villas Bôas (MT), em 1980, Makaulaka conta que o interesse pela escrita do “povo branco” começou na



adolescência, quando teve contato com outros índios que sabiam ler e escrever em português. “Como não tinha papel nem lápis, recolhia pilhas velhas, tirava-lhes o toco preto e ia apontando para colocar na ponta de um pauzinho para ficar igual a um lápis”. Com esse instrumento, o indígena reproduzia em uma madeira as palavras que encontrava em embalagens usadas.

Aos 15 anos, soube de um curso de português que iria acontecer em um povoado. No entanto, como estava em período de reclusão, prática recorrente entre indígenas na adolescência, o pai o proibiu de ir à escola.

Foi aí que Makaulaka decidiu fugir da aldeia para ir atrás do sonho. Depois desse curso, ele retornou ao convívio da família. Então, com a anuência dos pais, frequentou a escola e ingressou na graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Mato Grosso.

“Lembrar essa história é viajar no tempo, recordar todo sofrimento, hoje superado, a humilhação que me fez aprender a ser humilde e respeitar os outros; aprender a lidar com atitudes ruins com bons argumentos. É o que me deu mais motivo de seguir em frente sempre com inteligência para não agredir as pessoas com minhas palavras grosseiras”, escreve Makaulaka na introdução do trabalho.

“Pensei em voltar para minha vida de tempos atrás, de viver a vida inteiramente de meu povo, viver isolado do mundo branco, mas não será mais possível, não posso desperdiçar tudo que conquistei na vida, apoio, confiança e respeito, que significa o reconhecimento por parte daqueles que conhecem quem sou eu”, completa Makaulaka, hoje professor em sua aldeia no Alto Xingu.

Fonte: Helen Lopes - Da Secretaria de Comunicação da UnB por e-mail



Indígenas são diplomados em Ji-Paraná
SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 27.05.2014

Pelo menos 270 indígenas de diversas etnias concluíram o projeto Açaí e foram diplomados na tarde de sábado, 24. A solenidade contou com a participação de autoridades educacionais, familiares e amigos dos formandos, no salão de festas Mediterrâneo, em Ji-Paraná.

O projeto Açaí visa proporcionar aos indígenas a formação em magistério, nível médio, para atuação intercultural e histórica de cada etnia. Os formados tem pela frente a missão de exercer a docência nas séries iniciais nas próprias aldeias e promover o intercâmbio cultural.

O curso ocorreu durante três anos no Centro de Treinamento da Emater (Centrer), localizado em Ouro Preto do Oeste, e teve o objetivo de capacitar os alunos em ministrar aulas nas próprias aldeias.

“É muito importante porque eles fazem o intercâmbio de duas línguas, a deles e a portuguesa”, explicou José Antônio de Medeiros, o coordenador regional de educação em Ji-Paraná.

Anderson Suruí disse ser importante o projeto Açaí e motivou os coirmãos em avançar nos estudos. “Desejo a todos muito sucesso depois de passar pelo Açaí. Vamos todos pensar num mundo melhor para o nosso povo”, disse Suruí, reconhecendo a responsabilidade de ser o porta-voz dos indígenas à mesa de honra no evento.

Aos formandos, o governador Confúcio Moura gravou um vídeo que foi exibido na solenidade. Na mensagem, o governador destacou os investimentos do Governo do Estado na área da educação, especialmente à indígena, que ganhou 20 escolas novinhas em todo o estado. Ainda na mensagem, Confúcio Moura desejou sorte aos formandos.

O secretário executivo regional Romildo Pereira representou o governador Confúcio Moura na solenidade de formatura e reafirmou as considerações do governador ao povo indígena de Rondônia. Pereira enfatizou que só na região de Ji-Paraná o Governo do Estado construiu cinco escolas aos indígenas e, no decorrer da semana, entregou barco também aos indígenas.

“A missão de vocês não para aqui. Aqui é apenas o começo de um trabalho grandioso que vocês terão pela frente ao educar os mais novos e entrar para a comunidade acadêmica e se tornar um profissional na área em que desejarem”, disse Romildo Pereira, incentivando aos formados que sigam em frente nos estudos.

Fonte: Decom - Governo de Rondônia.



"Não vamos mais sair só na promessa e no papel", dizem índios

SÍTIO MUNICÍPIOS BAIANOS, 27.05.2014

Desde quinta (22), cerca de 150 indígenas ocupam as principais vias que dão acesso aos canteiros de obras de Belo Monte. Entre as pautas de reivindicações está o cumprimento do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI), o reassentamento de citadinos e ribeirinhos e a retirada dos madeireiros da TI indígena Cachoeira Seca.

Entre os manifestantes estão mulheres, crianças, lideranças, ribeirinhos e citadinos da etnia Parakanã, Assurini, Xipaya, Curuaia, Arara da Cachoeira Seca e Arara do Laranjal. Segundo os indígenas, a espera pela assinatura do termo de compromisso do Plano Básico Ambiental teria chegado ao limite. Previsto para ser redigido e assinado 35 dias após a licença de instalação, em janeiro de 2011, apenas na última quinta (23) – três anos depois, às portas fechadas e com metade das obras concluídas – foi divulgado na imprensa que a Norte Energia teria assinado o documento. "Um dos objetivos da ocupação era que a Norte Energia assinasse o termo de compromisso, que ela disse que já assinou, mas ainda não disse nada aqui pra gente", afirma Ney Xipaya, uma das lideranças presentes no local.

Além do PBA, que prevê as ações que tentam compensar os danos causados por Belo Monte enquanto durar a concessão da usina (35 anos) contados a partir de 2010, os indígenas querem pressa nos compromissos firmados pela empresa em outras ocupações, principalmente em relação à construção de escolas, casas e pistas para o transporte de funcionários da saúde.

Segundo Ney Xipaya, dessa vez os indígenas não sairão da frente dos canteiros enquanto os acordos feitos com a Norte Energia forem cumpridos: "Nas outras ocupações a gente ia com a nossa pauta de reivindicação, a Norte Energia vinha com a Funai e marcava uma data para gente sentar e discutir. A Norte Energia ia e firmava compromissos que até hoje nunca foram feitos. Então agora a gente só vai sair daqui do canteiro na hora que a Norte Energia chegar com as empresas já contratadas, mostrar os donos das empresas, a loja que vai comprar material e que dia vai subir para as aldeias. Não vamos mais sair só na promessa e no papel, porque a gente sabe que com a Norte Energia isso não funciona".

O motivo do atraso da assinatura do termo de compromisso, segundo os indígenas, é a tentativa de retirar os compromissos com educação e saúde do Plano Básico Ambiental através do chamado Plano Operativo. Em reunião em fevereiro deste ano, a Norte Energia afirmou que não assumiria a construção de escolas e postos de saúde, alegando que as obras são deveres do Ministério de Educação e Secretaria de Saúde Indígena. "A Norte Energia pediu um prazo de 15 dias porque ela não concordou com algumas cláusulas do termo, principalmente em relação à saúde e educação. Ela disse que não assinaria porque não era obrigação dela, era competência do MEC e da SESAI, mas lá no PBA, quando o PBA foi escrito, eles assumiram isso".

Na manhã de sexta (23) os indígenas entregaram uma carta à FUNAI exigindo a presença da
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 92 / 2013

Brasília, 27 de maio de 2014.

presidenta da Fundação, Maria Augusta Assirati. "Por enquanto estamos em uma manifestação pacífica. Estamos deixando os carros passarem e bloqueando apenas a entrada dos veículos da empresa, mas se a gente não tiver um posicionamento, não podemos garantir mais nada", conclui a liderança.

Ja na madrugada de sexta para sábado, um ônibus do Consórcio Construtor Belo Monte foi incendiado (ainda correm investigações sobre os autores), e houve atrito com militares da Força Nacional. Na manhã de sábado, um advogado da Norte Energia e um oficial de justiça foram ao local do bloqueio para entregar uma intimação para que os índios deixassem os ônibus da CCBM passar, mas não houve acordo. Segundo os indígenas, se as reivindicações não forem atendidas, outros ônibus podem ser queimados.

Fonte: Movimento Xingu Vivo Para Sempre



MPF processa União e Funai por demora na demarcação de terra indígena no PA
SÍTIO DESACATO, 27.05.2014

O Ministério Público Federal (MPF) entrou hoje (26) na Justiça Federal em Itaituba, no Pará, com uma ação civil pública contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a União por causa de demora na demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu.

A área de 178 mil hectares, ocupada tradicionalmente por indígenas da etnia Munduruku, está localizada nos municípios de Trairão e Itaituba, no sudoeste paraense. O processo de demarcação já dura 13 anos.

“O objetivo é a efetiva e adequada tutela dos direitos indígenas, especialmente a garantia da posse exclusiva das terras indígenas, de modo que seja concretizado o dever constitucional de demarcar as terras por eles tradicionalmente ocupadas”, argumentou o procurador da República Camões Boaventura, que assina ação, segundo nota divulgada pelo MPF.

A ação pede também a condenação da Funai e da União por danos morais coletivos contra os grupos indígenas por causa da demora na demarcação. No ano passado, o processo foi paralisado “inexplicavelmente”, segundo o MPF.

Na ação, o MPF argumenta que a demora da demarcação tem afetado os mundurukus da região do Médio Tapajós, que são constantemente ameaçados por invasões de madeireiros e garimpeiros. Além disso, de acordo com a ação, a área Sawré Muybu deverá ser alagada pelas usinas hidrelétricas de São Luiz do Tapajós e Jatobá que o governo pretende construir no Tapajós. Com o alagamento, os indígenas que vivem na área poderão perder uma de suas aldeias, roças, locais de coleta e caça, zonas de pesca e um cemitério ancestral.

Ainda segundo o MPF, sem o reconhecimento da TI, os indígenas que vivem na região não terão direito à consulta prévia sobre a construção das hidrelétricas nem à compensação caso os empreendimentos sejam instalados.

A Agência Brasil procurou a Funai, mas não obteve resposta.

Fonte: Portal EBC

Em protesto, indígenas protocolam queixas contra deputados no STF
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 27.05.2013

Os indígenas já haviam protocolado, em fevereiro, uma representação contra os parlamentares pelos crimes de preconceito racial e incitação pública de crime. Amanhã, o grupo deve participar de uma audiência pública na Câmara dos Deputados



Na semana passada, índios protestaram contra a Usina de Belo Monte

Cerca de 500 lideranças indígenas de todo o país estão em Brasília para uma semana de ações e protestos. Nesta terça-feira (27/5), o grupo deve ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) e, amanhã, participar de audiência pública na Câmara dos Deputados. Uma das reivindicações é a derrubada da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que passa ao Congresso o poder de demarcação de terras indígenas. Em abril do ano passado, os índios invadiram o plenário da Câmara e barraram a instalação da comissão especial que tratava do projeto, mas o texto voltou a tramitar. Também está na mira dos protestos a Portaria 303 da Advocacia-Geral da União (AGU), que estabelece diretrizes para as demarcações.

No STF, o grupo vai protocolar uma queixa-crime contra os deputados federais Luiz Carlos Heinze (PP-RS) e Alceu Moreira (PMDB-RS). Os indígenas já haviam protocolado, em fevereiro, uma representação contra os parlamentares pelos crimes de preconceito racial e incitação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 92 / 2013

Brasília, 27 de maio de 2014.

pública de crime. Em novembro de 2013, os deputados criticaram os indígenas, e Heinze chegou a classificar quilombolas, índios, gays e lésbicas como “tudo o que não presta”. O deputado, no entanto, afirma que o julgaram erroneamente. “Não é o índio, o quilombola: é o comando desses movimentos que dá viés ideológico à questão. Pinçaram somente 18 segundos de uma fala de 20 minutos”, rebate Heinze.